

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA
CURSO DE MESTRADO**

JULIANA CRISTIE RODRIGUES

**TRADUÇÕES DE CIDADANIA PELO CENTRO DE MEMÓRIA DO TRE-MG NO
PROJETO TREM DA HISTÓRIA**

**Belo Horizonte
2022**

JULIANA CRISTIE RODRIGUES

**TRADUÇÕES DE CIDADANIA PELO CENTRO DE MEMÓRIA DO TRE-MG NO
PROJETO TREM DA HISTÓRIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais para exame de defesa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa 1: Cultura, Memórias e Linguagens em processos educativos.

Orientador: Prof. Dr^o Fernando Luiz Zanetti

Coorientador: Profa. Dr^a Lana Mara de Castro Siman

**Belo Horizonte
2022**

R696t Rodrigues, Juliana Cristie
Traduções de cidadania pelo Centro de memória do TRE-MG no Projeto Trem da História [manuscrito] Juliana Cristie Rodrigues. – 2022
1 recurso online, 90 f.; il.,color

Orientador: Zanetti, Fernando Luiz
Coorientadora: Siman, Lana Mara de Castro

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Faculdade de Educação.
Bibliografia: f. 72-76
Apêndices: f. 77-90

1. Memória - Teses. 2. Cidadania - Teses. 3. Ação educativa. 4. Educação – Teses. I. Zanetti, Fernando Luiz II. Lana Mara de Castro. III Universidade do Estado de Minas Gerais. Faculdade de Educação. IV. Título.

CDD: 060

Ficha Catalográfica: Arlete Inocência Menezes Leal Granados CRB/6 - 3100

Juliana Cristie Rodrigues

Traduções de cidadania pelo centro de memória do TRE-MG no projeto Trem da História.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa 1: Cultura, Memórias e Linguagens em processos educativos.

Dissertação de mestrado defendida e aprovada em: 29/12/2022

Banca Examinadora:

Prof. Dr^o Fernando Luiz Zanetti (Orientador)
Universidade do Estado de Minas Gerais

Profa. Dra Lana Mara de Castro Siman (Coorientadora)
Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.^a Dra. Juliana Cordeiro Soares Branco
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof.^a Dra. Vera Lúcia Nogueira
Universidade do Estado de Minas Gerais- suplente

Prof.^a Dra. Luísa Teixeira Andrade
Universidade Federal de Minas Gerais- suplente

Mãe, eu precisei corresponder à sua crença.
Muito obrigada!

AGRADECIMENTOS

Aos professores Profa. Dr^a Lana Mara de Castro Siman e Prof. Dr^o Fernando Luiz Zanetti.

À Lana Mara pela palavra potência.

Ao Fernando pela palavra travessia.

Além do trabalho intelectual, de anos de esforço e estudo, deixaram a marca desta reflexão.

Foram muito importantes para mim, para a conclusão desta fase da vida.

Muito obrigada pelo acolhimento de toda equipe da SMEMO do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Muito a agradecer pelo cuidado na pesquisa, pelo cuidado no trabalho que realizam. Este caminho no meu local de estudo foi muito bom graças a vocês. Fez muita diferença positiva ter vocês de portas abertas. Posso dizer que fui privilegiada.

Dentre todo o movimento de ir, parar, voltar, sensações e certezas de avanço e recuo eu pensava que tudo que vale muito custa ainda mais.

Não gostaria de correr o risco de nomear e deixar ninguém de lado. Neste momento estou me referindo e pensando nestas diversas pessoas, nas atitudes singelas e corriqueiras mas que para mim foram singulares.

Vou nomear João. Ter você sempre junto. Valeu cada incentivo. “Até aqui tudo foi por nós. É nosso”.

Com um pouco de maturidade entendi que só agradeço o que reconheço ser muito importante. Só o que tem muito valor é importante e é reconhecido por nós, de forma intensa e definitiva.

RESUMO

Este trabalho busca analisar a abrangência da cidadania na ação educativa desenvolvida pelo Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Minas Gerais. Traz o diálogo com pesquisadores que trabalham com as temáticas de cidadania, voto, democracia, e as intersecções com a ação educativa a partir de instituições de memória. A proposta se justifica, em parte, pela abrangência dos projetos que levam a bandeira da cidadania como defesa de sua própria existência. Aliado a este fator, está o fato apontamos a percebida defasagem de localização de boa parte destas propostas para o que esteja sendo pronunciado sobre cidadania, em um vasto repertório de conceitos e práticas. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com servidores do espaço e análise documental, buscando identificar o entendimento da ação educativa com vistas para a cidadania, vinculadas aos seus saberes e às suas práticas e ao que é prescrito pelo regramento ao qual o Tribunal Regional Eleitoral se pauta. De forma preliminar, o texto para a formação do Centro de Memória, os avanços e recuos tanto de sua constituição quanto da prática educativa do projeto Trem da História e suas concepções a respeito da educação cidadã que aponta para a constante interface entre exigências legais relativas ao voto e demandas de participação na prática da cidadania. Espera-se vislumbrar o olhar apresentado sujeitos participantes da pesquisa no contexto de educar para a cidadania, com vistas ao entendimento do papel do Projeto Trem da História, sua relevância para o público escolar.

Palavras-chave: cidadania; centros de memória; ação educativa.

ABSTRACT

This work of researches presents citizen translations and citizen training that justify the propose of the *Projeto Trem da História* powered by the TRE-MG intended for the school public. It brings the research for dialog with researchers who work with the topics of citizenship, voting, democracy and intersections between the educational action from memory institutions. The proposal is justified, in part, by the scope of the projects that carries the flag of citizenship as a defense of its own existence. Join to this facts, it's pointed the perceived gap of localization of part of this proposals for what is being said about citizenship, in one vast repertoire of concepts and practices. For that, semi-structured interviews were carried out with civil employers of the space and document analysis, trying to identify the understanding of the educational action with a view to citizenship, linked to their knowledge and practices and to what is prescribed by the regulation to which the *Tribunal Regional Eleitoral* is based. The text also brings the formation of the *Centro de Memória*, the advances and retreats of its constitution and of the educational practice of the *Projeto Trem da História* and its conceptions regarding the citizen education that points to the constant interface between legal requirements related to voting and demands for participation in the practice of citizenship. It is expected to glimpse the vision presented by the participants of the research in the context to educate for citizenship, looking to understand the role of the *Projeto Trem da História*, its relevance in the school public.

Keywords: citizenship, memory centers, educative action.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Informações sobre formação e tempo de trabalho a respeito dos sujeitos participantes.....	27
Quadro 2 Alunos atendidos - em números-Projeto Trem da História.....	60
Quadro 3 Escolas atendidas- em números e categoria-Projeto Trem da História.....	60
Quadro 4 Alunos não relacionados ou direcionados por escolas.....	60

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cartaz para anúncio dos candidatos para eleição simulada.....	80
Figura 2 - Entrada do CMTRE-MG.....	81
Figura 3 - Vista lateral interna do CMTRE-MG	82
Figura 4 - Textos e imagens 310 anos de eleições no Brasil CMTRE-MG.....	83
Figura 5 - Textos e imagens 30 anos da Constituição Federal de 1988 CMTRE-MG.....	84
Figura 6 - Textos e imagens Constituição de 1891 CMTRE-MG	85
Figura 7 - Código Eleitoral de 1932 CMTRE-MG	85
Figura 8 - Textos e imagens Código Eleitoral de 1932, Constituição de 1934 e urna de ferro CMTRE-MG.....	86
Figura 9 - Jornal Diário Nacional de 1932 CMTRE-MG	86
Figura 10 - Textos e imagens Constituição Federal de 1946 e urna de lona CMTRE-MG	87
Figura 11 - Textos e imagens com cronologia eleitoral no Brasil CMTRE-MG	87
Figura 12 - Assembleia Nacional Constituinte, convocada a partir de 1985 para elaboração da Constituição Federal de 1988 CMTRE-MG.....	88
Figura 13- Urnas eletrônicas CMTRE-MG	88
Figura 14- Material impresso A evolução do voto no Brasil capa.....	89
Figura 15- Material impresso - A evolução do voto no Brasil p.2.....	89
Figura 16- Material impresso - A evolução do voto no Brasil. p. 8.....	90
Figura 17- Material impresso - A evolução do voto no Brasil. p. 10.....	90

LISTA DE SIGLAS

CF 88 - Constituição Federal de 1988

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CM - Centro de Memória

CMTRE-MG - Centro de Memória do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CONARQ- Conselho Nacional de Arquivos

TRE-MG - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

PNEM - Política Nacional de Museus

PNSM - Plano Nacional Setorial de Museus

PTH - Projeto Trem da História

PRONAME - Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário

SMEMO - Seção de Memória Eleitoral do TRE-MG

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PERCURSO METODOLÓGICO	17
1 A CENTRALIDADE DA CIDADANIA	20
2 CIDADANIA: ESTA MÚLTIPLA	27
2.1 Sendo educador no Projeto Trem da História- construir o caminho.....	27
2.2 Cidadania: abrangências da compreensão.....	33
3 TECENDO O PHT- TRAMAS DO QUADRO	41
3.1 Centros de memória e museus: elementos e práticas correlacionadas	42
3.2 O local do estudo a partir de onde o trabalho se propõe a pensar a cidadania: o Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Minas Gerais	44
3.3 Desfiando o bordado: o PTH e os elementos constitutivos do CMTRE-MG.....	52
3.3.1 Desfiando o bordado: o PTH e os elementos constitutivos do CMTRE-MG.....	53
3.3.2 Exposição e visita ao CMTRE-MG.....	58
3.3.3 Material de apoio.....	63
3.3.4 Votação simulada.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	77
APÊNDICE B - TERMO DE ANUÊNCIA PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	78
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP RELATIVO À AUTORIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	79
ANEXO B- REGISTROS DA EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA “30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988”.....	80

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a questão da formação para a cidadania, muito requerida em ações educativas, exige tentar compreender e considerar a complexidade do que pode estar sendo emitido, expresso, assim como o que é realizado nas práticas de formação para a cidadania, nos diferentes espaços educativos da sociedade.

Nessa pesquisa, volto meu¹ olhar para a compreensão das traduções expressas a respeito da cidadania a partir do projeto Trem da História, na prática educativa com o público escolar, desenvolvido no Centro de Memória do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Logo após concluir, em 1988 a graduação em História, ingressei –me em duas escolas, como professora de História do ensino fundamental e médio. Tarefa nada trivial. A formação para a sala de aula foi e é realizada todo dia. Hoje tenho apenas mais experiências, notas de acertos e erros. No início, não me sentia preparada em termos de ação na sala. A prática me fez entender as muitas ações que não deram certo, não tiveram o resultado esperado, mas também me levou a acreditar e assegurar algumas outras metodologias que, apesar de demandarem muito esforço, tinham sempre bons resultados.

O Colégio Batista Mineiro de Belo Horizonte, escola particular na qual ingressei nos anos 1990, paralelamente a escola pública, atualmente com 104 anos de existência, buscava, naquela ocasião, consolidar trabalho já iniciado pelo setor de Integração Cultural, que consistia na organização do seu acervo e formulação de novas propostas para se consolidar o que a se constituir num centro de memória. Importante, ressaltar que sendo o colégio uma escola confessional, esse fato não alterou ou influenciou o ensino de História, uma vez que sempre incentivou práticas metodológicas inovadoras, com diversificados projetos pedagógicos, bem como investiu na formação do professor, oferecendo-lhe oficinas, cursos e outras atividades formativas. Essas possibilidades foram bem aproveitadas no meu fazer diário, em ambas as escolas.

Nesta escola, octogenária na ocasião, também participei desde a concepção e instalação, do centro de memória da instituição. O trabalho de seleção, busca, organização e implementação foi realizado em parcerias com diversos setores dentro da escola, a fim de prospectar acervo físico. Em paralelo, havia, fora da instituição, outras formas de atuação relacionadas à história oral, à busca de materiais e documentos relacionados à história da escola e da cidade de Belo Horizonte, em seus pontos de convergência. Também, através

¹ Ao longo da escrita, a primeira pessoa do singular será utilizada quando se referir à trajetória da autora. Nos demais momentos, a terceira pessoa do plural.

desta escola, participei da Rede Memória das Instituições de Minas Gerais², que reunia museus e centros de memória de algumas instituições públicas e privadas, escolares e não escolares, em diversos âmbitos de atuação. Um dos objetivos da Rede é o de reunir experiências institucionais, mapeá-las e fortalecer a atuação dos seus respectivos programas. Nesse contexto, segui atuando em sala de aula, como professora de História, e em centro de memória, em tantas funções quantas necessárias. Em decorrência desta atuação surgiram, além de uma maior carga de trabalho, as possibilidades de participação e observação do crescimento da função educativa dos museus e centros de memória, nos últimos anos.

Aproveitei-me de um período profícuo de investimentos tanto da área cultural, em Minas Gerais, quanto educativa, em Belo Horizonte, realizando cursos diversos na área de museus, ofertados pela Superintendência de Museus de Minas Gerais, a partir da Diretoria de Difusão Museológica e de cursos voltados para o ensino de História, promovidos pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, no Centro de Referência do Professor, que à época funcionava no primeiro prédio que abrigou a Secretaria de Educação, na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. Os incentivos fiscais e políticas culturais no âmbito federal dos anos 2000 impulsionaram a abertura e permanência de museus e centros de memória, bem como o investimento público nas áreas de educação, museologia, arquivos e suas proximidades, o que certamente ampliou as possibilidades de conexões entre escola e tais espaços e instituições de cultura, por meio de iniciativas de seus setores educativos.

Este é um cenário favorável para envolver os alunos na relação entre a História ensinada na sala de aula e o mundo dos museus, arquivos e centros de memória, onde podem ter contato com o mundo material e imaterial de diferentes temáticas. Essa conexão sempre me desafiou e acabou por provocar em mim inquietações, perguntas e, portanto, o desejo de realizar a presente pesquisa, visando à educação para a cidadania. Na intenção de encontrar um objeto de estudo de expressão local e de importância para a minha prática como docente, tomei como foco de estudo o projeto Trem da História do Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Minas Gerais, criado oficialmente em maio de 2017, com a finalidade de aproximar a justiça eleitoral da sociedade e, de modo particular, do público escolar. O projeto Trem da História se compõe de uma palestra, de uma votação simulada; de uma visita guiada à exposição sobre temática relacionada ao voto e eleições no Brasil e de um material impresso de apoio à leitura da exposição.

² Rede de cooperação técnica constituída por entidades, dos setores público e privado, envolvidas na preservação da memória institucional em Minas Gerais, que atua desde 2003. Informação no *facebook*. Consulta em 26/07/2022.

Nosso interesse de pesquisa se volta, assim, para compreender as traduções de cidadania e formação cidadã que o Centro de Memória do TRE-MG expressa por meio do Projeto Trem da História, direcionado ao público escolar. Nesse sentido, foi estabelecido como objetivo geral identificar e analisar as traduções de cidadania e formação cidadã que fundamentam a proposta do projeto Trem da História, ofertado pelo Centro de Memória do TRE-MG, destinado ao público escolar. Este objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- a) Situar o projeto Trem da História no contexto de discussão da concepção de cidadania e formação para cidadania;
- b) Apreender as traduções de cidadania presentes nos discursos dos atores envolvidos com o trabalho do Centro de Memória ao qual o projeto Trem da História se vincula;
- c) Descrever e analisar a proposta do Projeto Trem da História e os demais elementos constitutivos que compõem e delineiam a ação educativa voltada para o público escolar no espaço do Centro de Memória do TRE-MG.

PERCURSO METODOLÓGICO

Com a intenção de conseguirmos realizar um diálogo que incorpore a complexidade na qual se inscreve o problema afinado às enunciações sobre cidadania, nos propusemos a realizar pesquisa de natureza predominantemente qualitativa, na medida em que procedimentos específicos de investigação poderão nos permitir aproximarmos de maneira mais profunda das diferentes posições que cercam o tema.

Para Gil (1999), o uso dessa abordagem qualitativa propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se pontos em comum, permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos. Para Bogdan & Biklen “exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo”. (BODGAN; BIKLEN, 1994.p.45)

Para esta pesquisa adotamos a metodologia do Estudo de Caso que, conforme assinala Roesse (1998), permite responder como e de que modo características específicas observadas em um determinado contexto são aplicadas a um quadro teórico mais amplo, podendo levar à revisão dos principais eixos que fundamentam a nossa proposta de pesquisa. Nesta visão, a especificidade do caso é um traço diferenciador, positivo para avançar na compreensão de questões mais amplas e complexas.

A opção metodológica permitirá reunir informações detalhadas, com vistas a compreender uma situação mais abrangente, objetivando a aproximação entre contexto específico de educação para a cidadania, no Projeto Trem da História, aqui entendido como unidade na qual é possível aprofundarmos na tentativa de aproximação às práticas educativas em espaços de memória de forma geral e, de forma específica, no centro de memória já instituído no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. A escolha da unidade de investigação se justifica pelo nosso lugar, inserção e proximidade, em decorrência da prática docente, acompanhando turmas dos anos finais do ensino fundamental e médio. Vamos, na experiência do trabalho tanto em centros de memória quanto na sala de aula, acompanhando alunos ao espaço do CMJEMG, nos aproximando da proposta de familiaridade e proximidade do objeto, proposta por Flick (2004), para o pesquisador qualitativo, tendo na base de expressão o trabalho na área.

Visando a atender aos objetivos do trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica no que se refere a Centros de Memória no Brasil e congêneres, voltadas às ações educativas para formação cidadã. De forma paralela foi realizado levantamento de documentação sobre o projeto Trem da História, disponíveis tanto aos cuidados dos servidores no Centro de Memória tanto quanto nos Relatórios de Gestão Anual, publicados desde 2009³, nos quais há detalhamento do avanço do projeto, bem como nos documentos que ordenam ações da Justiça Eleitoral no Brasil, a partir do Conselho Nacional de Justiça. Utilizamos, sobremaneira, documentos relativos ao Programa Nacional de Gestão Documental-e Memória do Poder Judiciário, o PRONAME, instituído em 2009⁴, as Resoluções 324, de 2020 e o Manual de Gestão da Memória do Poder Judiciário, de 2021⁵.

Para possibilitar a análise de vinculação das propostas acerca da educação para a cidadania e formação cidadã e o que é entendido como cidadania, ou seja, as traduções construídas para cidadania na prática educativa, pelo Centro de Memória, com o olhar voltado para o projeto Trem da História, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro servidores diretamente ligados ao Centro de Memória do TRE-MG, abrangendo ainda mais um servidor envolvido com o processo de consolidação do espaço, ou com os objetivos propostos para o projeto. Realizamos a opção de nomear os sujeitos participantes a partir da visão de que o Centro de Memória se constituiu como bordado, que sempre pode ser alterado, e que cada “ponto” é uma unidade agregadora do bordado. Na visão de Becker (1997), o estudo de caso sobre uma comunidade ou organização poderá utilizar-se, além de outras técnicas, as entrevistas, em grupo ou individualmente. Para o mesmo autor, a entrevistas individuais permitem coleta de experiências anteriores e opiniões particulares, que, no caso do trabalho ora proposto, será circunscrito no âmbito institucional.

Como mote inicial parto da indagação sobre o estabelecimento e importância da ação educativa, desenvolvida por um Tribunal, com vistas à cidadania, tendo um Centro de Memória como seu portador, pensando na obrigatoriedade do voto no Brasil.

A organização proposta, a fim de realizar as discussões, gerou a divisão da dissertação em três capítulos. No capítulo 1, **A centralidade da cidadania**, apresentamos o contexto das discussões sobre cidadania, a partir da sistematização proposta por Marshall 1967 até realizar a discussão para situar o Projeto Trem da História no contexto da Constituição Federal de 1988 e os aspectos de cidadania privilegiados no documento. Aspectos da inter-relação entre

³ Disponíveis em <https://www.tre-mg.jus.br/o-tre/governanca-e-gestao/relatorio-de-gestao-anual>

⁴ Disponível em https://atos.cnj.jus.br/files/portaria/portaria_616_10092009_18102012212627.pdf

⁵ Disponível em https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/02/Manual_de_Gestao_de_Memoria.pdf

o forte marcador trazido pela bandeira da cidadania no texto constitucional dialogam com a proposta da pesquisa.

Em seguida, utilizando procedimentos de pesquisa documental e análise qualitativa das entrevistas, se origina o capítulo 2, **Cidadania: esta múltipla**. Neste momento entendemos importante trazer à tona os participantes, a fim de delinear suas atuações, formas de acesso ao Tribunal, e experiência de formação na função. Procuramos apresentar, a partir da análise documental e análise qualitativa das entrevistas, as formas expressas pelos participantes à cidadania, suas traduções no caminhar do Projeto.

O terceiro capítulo, **Tecendo o PTH- tramas do quadro** contempla o objeto empírico, o Projeto Trem da História e o espaço de memória institucional por onde é oferecido. Repercutimos ainda a instalação da Justiça Eleitoral no Brasil. Recuperamos o que está entendido como cidadania a fim de e as influências contextuais do uso do termo, de que maneira é delineado na ação educativa, além de trazermos a descrição e materialização dos elementos constitutivos do Projeto.

Por fim, nas considerações finais, indicaremos desafios da pesquisa e resultados, promovendo deslocamentos e aproximações da literatura a qual lançamos mão, problematizando o objeto em consonância com a literatura pesquisada. À vista da pesquisa, será fundamental abarcar as possibilidades educativas do Projeto Trem da História, nas concepções e significados de cidadania do local, em atendimento ao público escolar e de possibilidades de contribuição para o campo educacional de forma abrangente.

1 A CENTRALIDADE DA CIDADANIA

Neste capítulo temos como objetivo situar o projeto Trem da História no contexto da discussão sobre cidadania, trazendo elementos teóricos da literatura que relacionam cidadania e direitos sociais, cidadania e participação, cidadania e democracia, a fim de subsidiar o diálogo proposto com o objeto de estudo. Traremos, também, a normativa voltada para o Judiciário que engloba as dimensões de cidadania que consubstancia a gestão da memória como um dos pilares centrais que institui esse poder e sua aproximação com a Constituição Federal de 1988.

A ideia de se trazer essas discussões parte da necessidade de se dar força explicativa para um conceito de interpretação abrangente que é o da cidadania que, no entanto, toma os contornos próprios nos processos históricos, políticos e sociais. Veremos assim, neste capítulo, de maneira geral e breve, como a relação entre cidadania e voto é obstaculizada pelo poder instituído ao longo da história brasileira, fazendo com que a tradição democrática liberal se apresente de forma tardia e instável.

De outro lado, veremos como a necessidade de memória, incluindo a memória do voto, se instaura no Tribunal Regional Eleitoral de MG a partir do momento em que Estado se organiza em instituições e poderes garantidores da relação república, democracia e cidadania.

Cumprе relembrar, de imediato, que a Justiça Eleitoral é um dos ramos especializados do Poder Judiciário, no Brasil, e os Tribunais Regionais Eleitorais, os TREs, compõem o segundo grau de sua jurisdição. De acordo com o CNJ ⁶, esta Justiça compõe um dos cinco ramos do Poder Judiciário, que conta, ainda, com as Justiças Estadual, Federal, do Trabalho e Militar.

A associação entre o direito ao voto e cidadania necessita ser lembrada quando se trata da discussão da relação entre cidadania e outros direitos, tal como propostos por Marshall, no trabalho de sistematização do conceito.

Marshall (1967), de forma pioneira, trouxe a caracterização da cidadania sob três categorias, a saber: cidadania civil, cidadania política e cidadania social, desenvolvidas na Inglaterra nos séculos XVIII, XIX e XX, respectivamente. A partir das proposições do autor, a cidadania civil abrange “[...]direitos fundamentais à vida, à propriedade, à igualdade perante a lei”. (CARVALHO, 2016. p.16). Os direitos políticos abarcam a possibilidade de

⁶<https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/panorama-e-estrutura-do-poder-judiciario-brasileiro/#:~:text=O%20Poder%20Judici%C3%A1rio%20brasileiro%20%C3%A9,que%20integram%20a%20Justi%C3%A7a%20Especial>. Acesso em setembro de 2022.

participação das pessoas no governo e sociedade e, “Em geral, quando se falar de direitos políticos é do direito do voto que se está falando” (CARVALHO, 2016. p.15). Por fim, na sequência trazida pelo autor, tendo como exemplo o modelo inglês, a cidadania social, que garante o “[...]direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria” (CARVALHO, 2016. p.17). Neste trabalho, Marshall (1967) traz como “tensão fundante” a noção implícita de igualdade e justiça, a partir do entendimento de que o pleno direito é inerente ao conceito de cidadania, e as desigualdades econômicas trazidas pelo capitalismo a partir da criação da sociedade de classes díspares se opõem à premissa inicial. No mesmo sentido, afirma Roberts (1997).

de um lado, a igualdade humana essencial, implícita na condição de membro de pleno direito de uma comunidade, isto é, a cidadania, e de outro lado a desigualdade social resultante das disparidades de poder e do funcionamento da economia de mercado. (ROBERTS, 1997, p. 6 e 7)

Benevides (1994) e Dubet (2011) salientam que as noções modernas de cidadania nasceram das discussões durante o processo revolucionário francês, no final do século XVIII e não são monolíticas ou consensuais. Ao contrário, são frutos da condição histórica de cada sociedade. Estão calcadas inicialmente na luta contra o Antigo Regime e os privilégios detidos pela nobreza. Benevides (1994) traz à tona a afirmação do alinhamento à visão apresentada, em momentos sociais autoritários, por governos autoritários, que pode levar à crença de que direitos são benefícios entregues por lideranças políticas a seus apoiadores a tutelados. Assim, são atrelados ao personalismo e acabam por esvaziar a noção de garantia de direitos e fortalecer a noção de favor prestado por quem ocupa cargos políticos.

Em sua pesquisa sobre o direito ao voto e a necessidade de alfabetização, Ribeiro e Soares (2004) apontam a proibição, na primeira Constituição Republicana, de 1891, do voto das pessoas analfabetas, estabelecendo a vinculação entre saber ler e escrever, ser escolarizado ao ato de escolha dos representantes, estabelecido na cidadania política. Dada a proibição do voto dos analfabetos, é possível notar a aplicação do falso dilema que direciona o bom voto é aquele que advém apenas do eleitor que sabe fazê-lo, além de corroborar a narrativa de que cabe ensinar votar, cabe ensinar a ser eleitor, e que, por seu turno, permite o voto atrelado à escolarização que abrangia uma pequena elite.

Consoante ao voto dos analfabetos, Holanda (2016) analisa as formulações em torno do debate legislativo a partir da Proclamação da República e da normativa subjacente às condições e condicionalidades para se tornar eleitor. Na centralidade ocupada pelo debate

sobre qual seria o eleitor a ocupar o lugar de cidadão político, a alfabetização, somada ao argumento censitarista e de propriedade, definiriam os cidadãos aptos a votar e a se candidatar. O que faz com que a autora reconheça nos argumentos forte natureza excludente de parte considerável da população da época.

Benevides (1994), ao assumir a defesa da democracia semidireta, argumenta que o mecanismo trouxe a possibilidade do exercício da cidadania dentro do aparelho do Estado, e não para ele, visão comum no quadro da democracia liberal e do constitucionalismo clássico. Mostra a essencialidade da democracia semidireta, entendida como um misto, a complementariedade entre a representação e a participação, eleição e o voto. Ressalta a importância da participação direta no exercício do poder político por ver, nesta participação, nesta prática do exercício do direito político, a forma sustentável de ampliação dos direitos sociais. Traz, para subsidiar esta visão, a proposição de educação para a cidadania, a educação política, a fim de enfrentar algumas críticas à representação no Brasil. Para citarmos três: valorização excessiva das eleições para cargos executivos, e desvalorização do legislativo; irresponsabilidade do representante perante o representado; sistema eleitoral que não consegue controlar os abusos econômicos na campanha. Partindo da observação da distância crescente entre representante e representado, que, em perspectiva, enfraquece a busca por direitos sociais, traz a proposta da educação para a cidadania em centralidade, entendida como organização e incentivo à participação, à exigência de diversidade de sujeitos políticos, e não apenas de partidos políticos.

O trabalho da autora fundamenta o argumento da formação cidadã social no trabalho de Dantas e Júnior (2004), e, ao analisarem dados do Estudo Eleitoral Brasileiro, realizado em 2002, traduzem a importância do papel da organização, da educação, da conscientização e da participação organizada do eleitorado, que, ao acompanharem a vida política não se abstiveram de votar e não deixariam de comparecer às urnas, caso o voto no país não fosse obrigatório. Para o eleitor afeito ao acompanhamento da vida política o voto é exercido como direito, mesmo sendo também dever. Não desconsideram o fato de ter sido conquistado, o direito de amplo de votar e se candidatar e, a despeito ou não da obrigatoriedade, votariam.

A preocupação centrada em torno da democracia e participação nas decisões políticas leva Chauí (2008) a trazer a aproximação deste conceito a outros aspectos de cidadania. Na gênese do conhecimento a respeito de cidadania, fomos apresentados, no Brasil, à possibilidade de sermos cidadãos, pelas mãos do senhor de escravos que nos concede uma tutela, um favor, que como tal, pode ser entregue e retirado. Isto leva à ampliação, potencializa o grau de dependência com relação aos setores dominantes desta mesma

sociedade. Era o senhor de escravos fazendo as honras da apresentação, e assim dizendo que o usufruto de cidadania, de direitos, na categoria de benevolência, não é conquista. A cidadania, se tomada em tal cenário, pode ser retirada, inserida como pano de fundo e atribuída a um ou mais contextos e aos atores sociais envolvidos.

Para a autora, “[...] a democracia propicia, pelo modo mesmo do seu enraizamento, uma cultura da cidadania à medida que só é possível a sua realização através do cultivo dos cidadãos” (CHAUÍ, 2008, p. 75). Assim, de forma diversa da cidadania entregue, pela qual à sociedade brasileira foi infundida a noção de direitos, a sociedade só poderá ter as noções de cidadania sendo preparada para tal, o que ecoa a oposição entre direitos e privilégios.

A discussão em torno da cidadania no Brasil, consolidada na Constituição Federal de 1988, compreende a definição e adoção de um conjunto de valores para englobar o direcionamento de práticas e projetos. A implantação daquela que ficaria reconhecida como “Constituição cidadã” inclui, necessariamente, o processo de reestruturação do Estado brasileiro. Para Carvalho (2026), cidadania passou a ser palavra de ordem.

Esta alteração impõe a cidadania na reformulação dos níveis de relacionamento entre a norma legal, jurídica, e todo regramento que à Constituição não pode ferir, fazendo com que caminhem em compasso com o novo texto Constitucional, como condição imprescindível para que a cidadania se transforme em instrumento de apoio à organização do Estado e da sociedade brasileira.

Delineando as pressões no influxo da redemocratização, o setor de imprensa e, posteriormente, comunicação, foram logo exigidos: “Com a redemocratização do país, houve uma demanda...no início a assessoria de imprensa era muito ligada ao atendimento, ao relacionamento com os veículos de comunicação” (entrevista participante *Ponto cruz*, de 18/11/2021). Este processo impõe a reformulação do nível de relacionamento entre a máquina pública e as demandas por informação e acesso requeridas pela sociedade.

Na perspectiva do participante de nossa pesquisa, foram os organismos de comunicação, no TRE-MG, os primeiros a inqueridos, o que corrobora com a necessidade que levou o Tribunal a movimentar-se para as demandas sociais:

Quando a gente fez o projeto, na época, de comunicação, alguns pilares foram, justamente, da **necessidade de transparência**, a **questão da redemocratização do país**, a **necessidade de transparência**, a **necessidade de a gente ter articulação com a sociedade**...em um primeiro momento com a questão da imprensa. A **questão da redemocratização, da transparência e do relacionamento da instituição**...e do **necessário relacionamento da instituição com a sociedade** estavam explicitados. A questão da cidadania veio pouco junto, **porque a questão da cidadania e democracia são conceitos muito próximo**. Então, foi um projeto

levado a corte eleitoral, votado, foi bem institucionalizado mesmo. (entrevista participante *Ponto cruz*, 18/11/2021 grifo nosso)

O debate em torno das políticas de arquivo, de acordo com o CNJ, com o olhar mais pautado na gestão documental, inicia-se, no âmbito do poder judiciário, em 12 de dezembro de 2008, mediante acordo de cooperação com do CNJ com o Conselho Nacional de Arquivos- CONARQ, a fim de desenhar políticas de arquivo.

A intenção de dar início e fazer frente à constante produção documental da Justiça Eleitoral, foi contemplada nos esforços primeiros para os arquivos, de acordo com *Ponto alinhavo*:

tem muitas coisas que vão apertando. Ela certamente foi uma das coisas cruciais. Chega uma hora que não tem mais não tem mais lugar de guardar papel, apesar da tabela de temporalidade, do descarte.... Chega uma hora que não tem mais lugar (Entrevista participante *Ponto alinhavo*, 02/08/2022)

Nesta ordem de ideais, a Constituição e seus instrumentos de cidadania, proferidas, neste entendimento, como a ampliação do acesso à justiça e aos meios legais dos processos, na defesa de que há ampliação do acesso à justiça se dá a partir da CF- 88, e são interpretados na perspectiva de ordenadores das práticas de documentação do poder judiciário:

Mas **principalmente depois da Constituição de 88, nos anos 90** pra cá, em que foram criados muitos instrumentos de cidadania, a justiça foi sendo muito demandada. **Começa a produzir muito mais processo, muito mais papel.** Nem sei quantos por cento. Tanto é que os Tribunais vão comprando imóveis. **Antes da Constituição a produção não era tão grande assim.** E isto foi impactando. Tanto que os tribunais começam a comprar imóveis, pra arquivo. E aí começa a do digital. Mas e como guardar, em que mídia, a mídia fica obsoleta. E tudo vai apertando. (Entrevista participante *Ponto alinhavo*, 16/09/2021; grifo nosso)

Criado em 2004, o Conselho Nacional de Justiça- CNJ, tem dentre suas competências “controle da atuação administrativa do Poder Judiciário”.⁷ Ao CNJ coube viabilizar projetos admitindo-se o quadro de tensões com os quais os tribunais se defrontavam:

Tem um núcleo, obviamente, que começou com a criação do Pronome, em 2009. **Mas este Pronome foi criado a partir de um quadro de necessidades que já havia.** Certamente isto não surgiu do nada, isto já é uma discussão antiga, feita por pessoas que gostam da área, que trabalham na área. **De uma situação que foi ficando cada vez mais incômoda, cada vez mais incômoda.** (Entrevista participante *Ponto alinhavo*, 16/09/2021; grifo nosso)

⁷ Manual de Gestão da Memória do Poder Judiciário. Conselho Nacional de Justiça. Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME). Brasília. CNJ, 2021, p.13.

Tendo na base a expressão das suas deficiências, apontamos a Recomendação n° 37, de 15 de agosto de 2011 direcionada ao enfrentamento, por parte do CNJ, das deficiências para lidar com a documentação produzida, como a primeira ação institucionalizada, no âmbito nacional. No entanto, sendo ato de recomendação, poderia ou não ter adesão dos tribunais.

A Recomendação 37, de 2009, cria o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário- PRONAME, observa critérios relacionados à gestão de arquivo baseados nos Planos de Classificação e Tabela de Temporalidade já vê a necessidade dos órgãos do poder judiciário se organizarem, ainda, tanto para os meios de suporte da informação em constante atualização quanto para a manutenção dos documentos em suporte físico.

A seu turno, a Resolução n° 324, de 30 de junho de 2020, Art. 3° é expresso, texto que não mais se configura como Recomendação e, no vocabulário jurídico, é norma cogente, obrigatória, em um dos princípios, o termo cidadania é referido: II – promoção da cidadania por meio do pleno acesso ao patrimônio arquivístico, bibliográfico, museográfico, histórico e cultural gerido e custodiado pelo Poder Judiciário.

No texto legal desta Resolução, as ações e normativas de gestão documental e de memória são aliadas ao pleno acesso ao patrimônio arquivístico e museológico.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, projetos que tinham a cidadania como base de atuação e unidade, puderam avançar institucionalmente no que diz respeito ao acesso e organização dos documentos públicos.

Muito do que se empreendeu nas ações voltadas para preservação arquivística é essencial para promoção do acesso à informação e, por si, abarcam aspecto para o qual aponta a cidadania, qual seja, acesso a documentos públicos, acesso de pessoas comuns ou pesquisadores a fim de tornar mais transparente a divulgação de dados.

Podemos compreender na Constituição Federal de 1988 um anúncio legal do entendimento das vinculações de significação do que seja cidadania, no singular. Na CF, a cidadania parece estar relacionada à compreensão de um modo geral de atuação e bem social, sendo expressa em uma forma quase autoexplicativa, ou, dito de outro jeito, sem a necessidade de ser explicada, pois já amplamente entendida.

No texto da Resolução n° 324, de 30 de junho de 2020, por se tratar diretamente de orientações em relação à implantação de política de gestão documental e de memória, o conceito está relacionado com o pleno acesso à informação e fruição dos bens culturais e patrimoniais.

Assim, desde a CF de 88, cidadania é uma condição, conceito estabelecido, mesmo que polissêmico. É conceito outorgado e direcionado à qualificação, bandeira hasteada e, seguindo Dubet (2011) “O mais irritante, no tema da cidadania, é o seu caráter encantatório e vago” (DUBET, 2011, p.289).

A realidade no uso do termo cidadania aponta para variadas aplicações e conotações, seja ao nível de distinção para um projeto empresarial, seja no nível educacional, cultural, político, em seus procedimentos e realizações em geral. Estes apontamentos se tornaram indispensáveis aos governos e sociedade como um todo, para dar coerência e continuidade às ações que compõem o processo político-decisório e para proceder diretrizes e procedimentos em diversas áreas.

2 CIDADANIA: ESTA MÚLTIPLA

O capítulo traz o perfil e trajetória de formação dos entrevistados. Tratamos a formação da equipe, anterior e na atuação no Projeto Trem da História como referencial na montagem tanto do Projeto quanto da noção de cidadania. Trazemos o lugar de formação e atuação de cada entrevistado fala e projeta o entendimento sobre cidadania na prática do projeto.

Buscamos identificar e analisar os construtos empíricos do Projeto, na tentativa de apreender a dimensão enunciativa que a cidadania assume, no Projeto, e nas abordagens realizadas pelo trabalho proposto pelo Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Minas Gerais, na busca do campo mais amplo constituído do entendimento relativo à questão da educação para a cidadania e de suas traduções. Esta etapa compreendeu pesquisa documental e análise qualitativa das entrevistas com os sujeitos que participaram da pesquisa.

2.1 Sendo educador no Projeto Trem da História- construir o caminho

Ao fazermos contato com a coordenação do Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Minas Gerais, por telefone, fomos solicitados a enviar e-mail para que o pedido fosse formalizado. Posteriormente, houve ainda orientação para que a direção geral do Tribunal se manifestasse a partir de solicitação formal e breve explicação a respeito da abordagem da pesquisa. Em consonância com os objetivos da pesquisa, consideramos como sujeitos participantes servidores que atuam no Centro de Memória e promovem a articulação do Projeto Trem da História com o público escolar e o Tribunal. Para melhor contextualização da pesquisa e dos seus participantes, formulamos o Quadro 1.

Quadro 1- Informações sobre formação e tempo de trabalho a respeito dos sujeitos participantes

Sujeitos participantes	Formação em nível superior	Tempo de trabalho no TRE-MG- em anos
Ponto haste	Pedagogia	27
Ponto alinhavo	Jornalismo	26
Ponto corrente	Jornalismo	22
Ponto cruz	Jornalismo	29

Ponto ziguezague	Jornalismo	23
------------------	------------	----

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Quanto à forma de ingresso no TRE- MG todos ingressaram por concurso público. No quadro há, além dos servidores, dois estagiários. Podemos, a partir dos dados deste quadro, observar que são sujeitos com tempo de atuação no Tribunal superior a 20 anos.

Na perspectiva qualitativa na qual o trabalho se insere, nos propomos a analisar o PTH e as perspectivas de cidadania nas quais se embasa e se referem, a partir tanto dos dados revelados nos Relatórios de Gestão do Tribunal, publicados desde 2009, quanto pelas entrevistas. Nos aproximamos das orientações de André (2003) que vê que a análise de dados a partir de questões na pesquisa permite a “compreensão ampla e profunda do objeto focalizado (ANDRÉ, 2003, p.70). Optamos, seguindo esta orientação, por um roteiro de entrevista que pudesse levar em conta questões do fazer diário do participante, tendo em vista, sobremaneira, que, ao nos aprofundarmos na pesquisa, constatamos que do projeto PTH encontramos apenas o Termo de Abertura, documento administrativo que qualifica os projetos dos Tribunal para a institucionalização, e, sendo necessário, para o recebimento de verbas. Estava, nesta lacuna, demonstrada a relevância das entrevistas a fim de nos aproximarmos do entendimento do que é anunciado no Termo de Abertura.⁸

Realizamos as entrevistas, após análise do Termo de Abertura do Projeto Trem da História para caminhar ao encontro da compreensão atribuída pelo Projeto para cidadania e prosseguimos para a escolha de categorias no objeto focalizado. Na trilha do caminho para as escolhas das categorias realizamos várias leituras em interlocução com referências teóricas e dos poucos estudos disponíveis sobre o tema com as quais poderíamos inferir nossas interpretações para as traduções a respeito de cidadania abarcados tanto no PTH, como nos aspectos enfatizados e ratificados pelos participantes, na trama do tecido da construção do projeto. Para André (2003) a convergência de informações aponta para a sua relevância e permite o entendimento mais amplo da proposta.

Tão importante quanto entender as enunciações a respeito de cidadania, a partir do Projeto, é entender de qual formação inicial partem e como compõem sua atuação como sujeitos participantes da trama de bordado que, cada um a seu modo e com função assemelhadas, vão também se intercalar a fim de realizarem o PTH e as demais atividades do Centro de Memória.

O Projeto, ofertado pelo CMTRE-MG congrega, na ação educativa museal para cidadania, servidores que possuem, inicialmente, repertório do campo comunicacional, campo

⁸ O termo de abertura do projeto não está publicado e nos foi enviado por *e-mail*.

este abarcado nas instituições de memória. De maneira predominante os participantes tiveram formação inicial em Comunicação, com ênfase em Jornalismo. Foi partindo do entrelaçamento entre o fato de gostar de escrever e, por conseguinte se aproximar de questões de memória, atribuindo aproximação entre a formação comunicacional e o “gostar” de história, na perspectiva memorialística dos centros de memória que o participante assim explicou a presença de profissionais comunicadores:

Então assim, o pessoal todo que tá na SMEMO é da comunicação. Então assim, o perfil destas pessoas aproximou eles da memória, que tem este viés comunicar também, de escrever texto, de publicar na internet. Então assim, é um perfil que tem a ver com o comunicador. A gente tem muita história pra contar, precisa projetar isto, não pode ficar só publicando livro interno, precisa divulgar. (Entrevista do participante Ponto alinhavo, 16/09/2021)

Se, de acordo com Mendes Braga (2014) para Bondiá (2002) o sujeito, ao abrir-se para novas experiências profissionais torna-se portador de experiência, esta iniciativa pode ser apontada como um ponto, um passo na trajetória de cada sujeito participante do PTH, ofertado pelo CMTRE-MG. São participantes que originalmente não vêm de área de formação educativa, com exceção de um participante. Tornaram-se educadores de museu no CMTRE-MG. Tornaram-se mediadores no PTH.

O participante Ponto alinhavo, ao ingressar no Tribunal, foi trabalhar na Assessoria de Imprensa, e assim descreve suas primeiras atuações no órgão:

Quando eu entrei, em 1995, eu fui trabalhar na Imprensa, Assessoria de Imprensa. Foi aí que eu comecei desenvolver, a trabalhar também com o atendimento à imprensa, continuei, mas tive a preocupação de desenvolver trabalho jornalístico. Então, eu comecei a ter a preocupação de criar um jornal interno, pra noticiar para o público interno. Era o jornal mural. A gente imprimia, em word, nos corredores. Eu redigia, montava na folha A4 e espalhava, em painéis de acrílico, e espalhava nos corredores do tribunal. Eu criei uma coluna, era dedicada à memória. Nesta coluna dedicada à memória...e nesta coluna eu resgatava fatos, memórias, tinha também entrevistas com pessoas antigas, que iam contar histórias do tempo delas. Isto chamou atenção. Todo mundo gostou. (Entrevista do participante Ponto alinhavo, 16/09/2021)

As atividades que Ponto alinhavo iniciou chamaram a atenção de outros servidores, do público interno. E, mesmo na experiência do universo da comunicação, do campo da informação, consegue agregar novos olhares, ainda que curiosos e contemplativos

Agora, paralelamente a isto, eu passei a chefiar uma seção de Relações Institucionais e dentro desta sessão a gente passou a diversificar o trabalho. Por exemplo, a parte institucional de campanhas, o cerimonial e a memória. Porquê...porque quando eu entrei já existia lá...já tinha biblioteca, já tinha arquivo e esta área de memória na

teoria estava dentro da biblioteca. Mas nunca ninguém tinha feito nada. Mas as pessoas se empolgavam. Gostavam. Algumas sim dão muito apoio, importam mesmo. (Entrevista do participante *Ponto alinhavo*, 16/09/2021)

As reflexões de outro participante acerca da formação em comunicação estar alinhada ao trabalho no CM e no desenvolvimento do PTH ao lugar que pode interessar, atrair uma pessoa com a formação em Comunicação:

Tem muito a ver com o jornalismo, o que a gente faz aqui. Uma coisa fascinante de entrevistar ex-servidores, servidores, ex-juízes, procuradores regionais eleitorais. De ir até um fato importante do Tribunal e de escrever. Eu já escrevi sobre tudo aqui que se pode imaginar. Desde um pergaminho de 1800 e poucos até atas de registro de ponto, dos primeiros servidores do tribunal. De ir até um fato importante do Tribunal e de escrever. (Entrevista do participante *Ponto zigzague*, 27/10/2021)

Para Bondía (2002) a experiência traz a necessidade de se caminhar devagar, a necessidade da observação, da passividade no sentido de se deixar ser surpreendido, ver, ouvir, refletir “(...)algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos(...)” (BONDÍA, 2002, p.24). O trabalho, a atuação do participante *Ponto alinhavo* foi assim auto descrito:

O Centro de memória está ligado a mim porque eu tenho amor, eu fuçava. Eu gosto de ter e de criar a sensação de pertencimento. Eu estive aqui. Em 95, durante a celebração dos 50 anos de reinstalação do Tribunal, eu tive a ideia de pegar um álbum de fotografias e colar em cartolina, uma coisa bem primária. E fez tanto sucesso. Mas falei assim com meu chefe que a gente tinha que investir mais na área de memória. (Entrevista do participante *Ponto alinhavo*, 16/09/2021)

Esta autorreflexão insere a ação do Ponto alinhavo em contexto próprio de disponibilidade, paciência, paixão e atenção. Nesta circunstância, são palavras que se aproximaram da prática do sujeito de experiência trazido por Bondía (2002). O projeto de ingresso no Tribunal, por concurso, não circunscreveu o participante ao automatismo do cargo e da função. Ao contrário, podemos observar que fez dele um observador atento e afeto, um sujeito alcançado pelo que conseguiu ver, perceber e se identificar no potencial histórico no Tribunal.

A preocupação com a perda desses documentos está diretamente associada a uma sensibilidade que se constitui nos esforços para que não se perdessem instrumentos considerados de valor histórico ao longo de sucessivas direções, presidências e políticas não consecutivas ou sem nenhuma ação que pudesse abrir ao público a trajetória do Tribunal.

A experiência prévia em atividades de edição de imagens, foi a motivação primeira para o participante Ponto corrente, também com formação em Jornalismo, ir trabalhar na

Assessoria de Cerimonial e Memória Eleitoral. A participante assim se refere a sua transferência para o CMTRE-MG:

Desde 2014 eu tô aqui na SMEMO, eu vim pra cá pra arrumar o site, pra trabalhar no site. A memória não tinha muita coisa, e a gente precisava. Ela precisava de muito apoio no site, tinha muitas coisas pra colocar no site. (Entrevista do participante *Ponto corrente*, 06/10/2021)

Em outro momento, traz a disposição da equipe em ações diversas em algumas etapas, por exemplo, quando de visitas ao Centro de Memória:

Mas como somos poucos, a gente faz de tudo. Então eu comecei a fazer de tudo que precisava, então a gente fez exposições. Eu fiz um curso de *photoshop* na época que eu estava na Comunicação. E neste período começou a ter o projeto Trem da História, mas ele não tinha este nome de Trem da História não. (Entrevista do participante *Ponto corrente*, 06/10/2021)

Recorrem a expressões tais como: “Eu pelo menos acho muito gratificante atender estas crianças, estes adolescentes. Este trabalho é muito gratificante” (*Ponto corrente*, 06/10/2021) e “Pra mim é importante falar para os alunos que visitam o Centro de Memória” (*Ponto haste*, 24/03/2022). Para Bondía (2002) o sujeito de experiência é o sujeito da exposição, de ser afeto ao expor, incluindo os riscos e incertezas. As afirmações conduzem ao entendimento tanto da participação em todas as fases do projeto, ainda que a função primeira do Tribunal não seja voltada para os fins educativos, culturais de instituições de memória, os participantes vão se constituindo profissionais como sujeitos de experiência na medida em que são afetados pela expressão daquilo que os passa, os atravessa e, assim, os transforma e os envolve na ação.

Teixeira de Vargas e Becker (2019) indicam o quão é complexa a expectativa social ao pensar em um educador de museu qualificado e ativo para atuação nos projetos de educação nas instituições de memória nas quais estão envolvidos. São funções assumidas, em grande parte das vezes, através da rotina e nem sempre com o apoio da própria instituição que representam.

As orientações do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) trazem eixos estruturantes e eixos setoriais para as instituições de memória. Se propõem a indicar diretrizes, estratégias, ações e metas que, concatenadas, têm a intenção de produzir instrumento de planejamento e agenda política direcionada a museus, universidades públicas, Cinemateca Brasileira e centros culturais de memória (PNSM- 2010). Dentre os temas transversais para os quais a PNSM se dirige, destacamos aqueles direcionados ao educador destes espaços de memória.

Neste documento, questões relativas ao desenvolvimento de ações educativo-culturais atinentes ao educador se evidenciam em estratégias, ações e propostas que convergem tanto para a criação de intercâmbio entre as instituições e com cursos de graduação e pós-graduação quanto para contratação por concurso, para formar quadros próprios, ou contratação por CLT. Evidenciam, tais propostas, que a formação e o incentivo aos quadros próprios poderão “Assegurar a função do educador” (PNSM 2010, p. 64).

Duarte Cândido (2016), ao trazer o debate a respeito das Redes de Educadores de Museus (REM), salienta que sua atuação pode ser percebida como uma iniciativa de grande relevo a fim de atuar nas condições cujas carências são mais percebidas: falta de formação específica para educadores de museus e desvalorização interna, dentro da própria instituição. Aponta, ademais, para a escolha de se fazer aproximação entre a escola, este “gigante” da educação formal, nas palavras da autora, consoante à condição da escola interagir de forma mais bem qualificada ao utilizar recursos da educação não formal.

Foi partindo da ideia e da percepção de que o aprendizado para o trabalho, a formação tanto do espaço de memória quanto do Projeto só se daria por busca própria e coletiva, que os participantes procuraram sua formação, a fim de estabelecerem suas práticas:

A gente fez do nosso bom senso e fazendo cursos, oficinas e observando como uma reserva técnica tem que ser cuidada, como devem ser guardados os objetos, em que situação de limpeza, de temperatura. A gente participa das reuniões da REMIG, uma rede que tem se fortalecido. Alguns cursos, trocas de experiências e vai adquirindo conhecimento. (Entrevista do participante *Ponto alinhavo*, 02/08/2022, grifo nosso).

O processo de constituição do CM e da sua ação educativa é portado essencialmente pela experiência comunicacional, no movimento de imbricação da importância de “levar para o povo”, de lançar extramuros a partir da experiência da comunicação escrita, verbal, em associação com a comunicação não verbal, operada por apresentação de objetos e montagem de exposições. Os participantes legitimam, em suas práticas, o CM como local primeiramente de exposição, de mostra e, em seguida, de guarda.

Conseguimos apontar que o processo formativo dos participantes da pesquisa se torna componente para constituição da sua identidade e desenvolvimento da sua profissionalidade. De modo geral, indicam uma formação inicial para atuação diversa tanto no CM quanto na atividade educativa das visitas escolares ao local, como quanto no desenvolvimento do PTH. O processo de autonomia do servidor relaciona-se às vivências cotidianas e saberes experienciais e na interação com redes colaborativas que desenvolvem atividades

assemelhadas, em instituições de memória. Este entendimento reforça a vivência no contexto do Tribunal como possibilidade na reconstrução da atuação do participante no CM e das negociações realizadas no sentido da própria existência do trabalho.⁹

2.2 Cidadania: abrangências da compreensão

A página eletrônica¹⁰ do TRE-MG traz a apresentação inicial do Projeto, e afirma que “Por meio de palestras interativas, os alunos são convidados a refletir sobre a participação de cada indivíduo nas transformações da sociedade e desafiados a descobrir o verdadeiro sentido da Cidadania”. A partir desta apresentação, podemos interrogar: para quais entendimentos apontam o conceito de cidadania? Esta atuação do PTH, no domínio do CMTRE-MG já pode ser interrogada e optamos por contemplar os entendimentos sobre cidadania na ancoragem do projeto.

Seguimos, de acordo com Fonseca (2013) na tentativa de “Menos na busca da prova e mais na construção de sentidos a partir de indícios” (FONSECA, 2013, p.21).

Citada ao longo dos Relatórios de Gestão Anual¹¹, publicados desde 2009, em cumprimento ao dever de prestar contas, estabelecido pela Constituição, no artigo 70, o conceito de cidadania pode ser entendido como um fio de conduta, um conceito que pode engendrar um diálogo unificador entre a missão do Tribunal e a realidade portada pela proposta de PTH, oferecido pelo CMTRE-MG, em face da sua perspectiva histórica.

Ao tentarmos depreender, extrair da proposta do Projeto Trem da História, a que tipo de ação cidadã, para o fortalecimento das práticas cidadãs está o projeto se referindo, são observadas mais de uma concepção a respeito do que seja cidadania, e vieram à tona os traços, as concepções, as traduções relacionadas ao conceito trazidas à prática educativa pelo projeto. Nossa visão se desloca a fim de captar para quais condições de entendimento a respeito de cidadania, os agentes, os sujeitos participantes da pesquisa conduzem a intencionalidades educativas direcionadas para cidadania, referenciadas nos Relatórios de Gestão, documentos estes que, ao se referenciar a cidadania podem fazê-lo na condição de argumento legitimador da prática, mas que, a despeito de evocarem este conceito, não o esclarecem de forma detalhada. Entendemos que Relatórios de Gestão não são instrumentos

⁹ Entrevista do participante Ponto alinhavo, em 02/08/2022, esclarece que a atuação recente (2022) a partir da iniciativa da Secretaria de Eleições e Atos Partidários, indica para um rearranjo no PTH com a possibilidade ampliação da temática do projeto e envolvimento de outros setores do Tribunal

¹⁰ <https://www.tre-mg.jus.br/o-tre/memoria-eleitoral/trem-da-historia-1>

¹¹ Relatórios de Gestão Anual- TRE-MG, disponíveis em <https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-anual>

voltados para verticalização de conceitos. As apresentações destes documentos trazem seus objetivos:

Considerando que o Relatório de Gestão é um instrumento de acompanhamento, controle e avaliação, propõe-se através de dados e demonstrativos contábeis, financeiros e orçamentários informar sobre a conformidade e o desempenho da gestão desta Unidade Jurisdicionada, bem como relatar as estratégias de planejamento adotadas para o alcance dos objetivos e das metas definidas para o exercício de 2009. (p. 6)

São, sim, documentos que unem dados e informações das diversas áreas do Tribunal, enviadas diretamente a um setor responsável por reunir e mensurar em padrões administrativos publicáveis, atendendo aos critérios legais, mas que, ao mesmo tempo, são atravessados pela própria experiência do órgão, por movimentos de mudanças e permanências inerentes à sua atuação. São documentos que não podem ser reduzidos ao seu conteúdo, nem tão pouco interpretados isoladamente.

Voltados para o interesse da pesquisa, em perspectiva conjunta, os Relatórios de Gestão auferem dados a partir de informações obtidas pelos setores demandados. Fomos no caminho perseguindo a necessidade de observar o objeto de pesquisa nestes documentos e, sobretudo, a forma como a cidadania poderia ser concebida neles.

A compreensão da cidadania como valor estratégico ao qual o PTH se filia e é pontuada por mais de um participante, e estabelece tanto com a instituição de memória dentro do Tribunal quanto com o PTH relação de validação, de valoração. Assim se posiciona o participante Ponto ziguezague, 27/10/2021:

Nossa memória merece, realmente. Eu vim pra cá, além desta questão jornalística, eu entendo que os centros de memória passaram a espaços de preservação da memória na maioria das instituições. E aqui não tem que ser diferente. **É uma ferramenta estratégica de gestão.** Então assim, no meu entender, tem que investir. O problema é a verba...pouca...trava muito algumas coisas que a gente poderia fazer. (Entrevista do participante *Ponto ziguezague*, 27/10/2021, grifo nosso)

Da mesma maneira o participante Ponto cruz, me 18/11/2021, avalia aspectos ligados ao posicionamento estratégico do Tribunal a partir da condição, do entendimento de se buscar na cidadania um forte argumento de validação, aumentando a possibilidade de contato entre o órgão e a sociedade. Para o participante Ponto cruz, o Judiciário foi o último a se abrir e se organizar na proposição de planejamento estratégico:

Me parece que **foram construções que foram vindo nos últimos anos como planejamento estratégico, relatórios de gestão e construção de indicadores e ao reconhecimento**, na hora que você faz este raio X da instituição, da questão da memória e da cidadania como uma vertente a ser trabalhada institucionalmente, estrategicamente, e não com iniciativas fragmentadas, de forma individual, como era lá atrás. A sociedade precisa ter este ponto de contato entre ela e a Justiça Eleitoral. (Entrevista do participante *Ponto cruz*, 18/10/2021; grifo nosso)

A cidadania, assim, no singular, foi hipótese para a ação educativa se oficializar dentro do CMTRE-MG como a proposta do Projeto Trem da História. Se, por um lado, a ação é inserida nos objetivos estratégicos relacionados a cidadania, circunscritos nos Relatórios de Gestão, é importante entender, cotejando documentos que indicam a prática na qual o Tribunal deve estar inserido, a partir da consulta aos Relatórios de Gestão, atrelados a maneira como os sujeitos envolvidos com o PTH elaboram suas práticas e traduções cotidianas nos entendimentos a respeito da cidadania para a qual os documentos apontam. Assim, assumimos que as apropriações deste e de outros conceitos são parte do fazer diário na ação educativa do projeto, elemento chave na aprovação e no desenvolvimento da proposta. Na reflexão sobre o conceito de cidadania, Cardoso (2007) nos alerta para o cuidado ao abordar o termo:

Este conceito incita à prudência porque nos obriga a buscar constantemente sua definição a cada novo contexto em que nos inserimos. Nunca podemos ter certeza de que falamos da mesma cidadania com o interlocutor só porque utilizamos o mesmo termo (CARDOSO, 2007, p.107).

Alguns elementos auxiliaram para apreendermos a proposta educativa do PTH. Elementos extraídos principalmente nas entrevistas que permitiram, em interlocução com a teoria, como foi dito anteriormente, a construção de categorias que, entendidas de forma relacional a partir da missão do Tribunal, fundamentam e direcionam o entendimento da ação educativa do Projeto Trem da História no Centro de memória no TRE-MG. Destacamos três vinculações pelas quais são compreendidas as traduções de cidadania: conhecimento; decisão e participação; direito e deveres.

Notadamente, focalizamos na ação educativa com vistas à cidadania, em instituição de memória, que, a seu turno, está dentro de um Tribunal Eleitoral e, assim, não tem por finalidade primeira a ação educativa e tão pouco a atuação museal. São setores ou departamentos, que como observa Nogueira (2015), se encontram dentro de um órgão público, submetidos a uma unidade superior e não têm na função primária a atividade museal ou cultural e, acrescentamos, educativa. Os caminhos que qualificam ações educativas e culturais como cidadãs já são bastante trilhados. Pretendemos encontrar concepções mais

precisas e locais para o entendimento do conceito, no PTH, na ação educativa voltada ao público escolar em um Centro de Memória institucional.

A cidadania na vinculação relacionada a conhecimento é trazida em torno da articulação do processo eleitoral no tempo, do estudo do que foi e como tem sido conduzido. Aqui, a cidadania, dentre as múltiplas possibilidades de leitura, se aproxima da referência de saber o que acontece no processo eleitoral para assim ser cidadão. Como nos traz este trecho do participante:

Mas a cidadania mesmo, na prática, você só é cidadão se sabe o que está fazendo. **Se você sabe o que significa votar e ser votado**, o que significa ter um nome idôneo, se você sabe o que significa a lei que você tá cumprindo, porque ela foi feita, pra que ela foi feita. Você tem que entender seu papel nesta sociedade que você vive, regida por leis, normas, que tem limitações. Senão você é cidadão apenas no papel. **Porque senão você não sabe o que efetivamente o que você representa neste universo.** Então, o que a gente busca no Trem da História é dar conhecimento na esfera eleitoral. E o que é o conhecimento a não ser conhecer a história? (Entrevista do participante *Ponto alinhavo*, 16/09/2021; grifo nosso)

O protagonismo do conhecimento atrelado à interpretação sobre o que é cidadania toma configuração junto aos termos informação e educação. Do participante *Ponto alinhavo*, depreendemos melhor esta interpretação:

A cidadania só é plena quando se tem conhecimento. E de onde vem o conhecimento. Vem das fontes que vão te informar. **Por exemplo, a agente tá na área eleitoral, então nosso papel como fornecedores de informação, de educação é mostrar como surgiu isto, quando surgiu isto, porque que começou isto, porque que a gente vota hoje, pra que a gente vota.** Então este é o nosso papel no Trem da História. A gente coloca no tempo era assim...olha, na colônia, tinha uma preocupação, eles queriam formar núcleos, lá em Portugal era assim, eles criavam as vilas já com seus representantes. E tem muita coisa interessantíssima. E tem muita coisa que não chegou até nós. E quando a gente começa a entender a nossa história um monte de coisa que acontece no formato que elas são, a gente dá sentido a elas. Então...pra nós o conhecimento é cidadania. Então, se todo brasileiro tivesse a oportunidade de estudar, de conhecer, de ler a gente seria uma sociedade muito melhor. (Entrevista do participante *Ponto alinhavo*, 16/09/2021; grifo nosso)

O termo é trazido como uma experiência de aprendizagem e conhecimento. Segundo o participante *Ponto cruz*, as primeiras demandas e pressão de acesso às ações do Tribunal vieram dos órgãos de imprensa:

Em 89 os profissionais da comunicação ficaram perambulando atrás de informação, passaram muitas situações desagradáveis, em virtude desta desorganização, sobretudo no primeiro turno. **O judiciário foi o último poder a se abrir, a se articular com a sociedade, o executivo e o legislativo já tinham estrutura de comunicação há tempos, por motivos vários e começaram a pipocar estas iniciativas por demandas externas...e o judiciário precisou se organizar para**

ter boa interlocução com a sociedade, pra trazer cidadania. Foi em função da redemocratização, da pressão da sociedade. (Entrevista do participante *Ponto cruz*, 18/11/2021, grifo nosso)

De acordo com o participante *Ponto alinhavo*, de 16/09/2022, uma das traduções possíveis de cidadania conduzidas pelo PTH está atrelada ao conhecimento, à informação, e isto certifica e legitima o trabalho conjunto dos profissionais da comunicação no CM do Tribunal:

Os trabalhos em museus, o educativo de museus, isto tudo é ação de comunicação. É por isto que esta área de memória, centro de memória, elas têm que ter pessoal da comunicação também. Como a gente está em um órgão do judiciário a gente precisa, quem são as áreas que tem que participar: é a museologia, a história, a arquivologia, mas também a comunicação, sociologia, filosofia e o direito. São áreas que se complementam. (Entrevista do participante *Ponto alinhavo*, 02/08/2022; grifo nosso).

Trazendo a importância da comunicação, aliada a demandas e pressões principalmente da imprensa, a cidadania é interpretada na forma de comunicar ao público. No caso do TRE-MG, inicialmente, houve a pressão por parte dos veículos de comunicação e o Tribunal em atendimento a demandas represadas e de um processo de comunicação pouco organizado. Assim, a noção de poder “entregar” cidadania vem com demandas externas ao Tribunal e ressalta o papel da comunicação nestes espaços de memória dentro dos Tribunais, com uma interação entrelaçada entre o comunicar e a cidadania.

Contemporaneamente, a função da comunicação nas instituições de memória já é consolidada, entendimento que foi se estabelecendo a partir de meados do século XX ao passo que foi se tornando a força de impulsionamento destes locais (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013.p.36). Anteriormente, a necessidade primeira destes espaços era de preservar, sem que fosse formulada a ideia de comunicar compatível com experiência do patrimônio.

A cidadania espalhada na inteligibilidade de participação e decisão é defendida na perspectiva de que só é cidadão e, portanto, exerce cidadania, aquele que se interessa por política, que deseja saber, que participa e não despreza a política. Segundo o participante *Ponto zigzague*, em 27/10/2021, conhecendo a história política do país:

Saber a história do seu país, das eleições, quando vêm ao Centro de Memória e ao Projeto. **Ah...mas a propósito, essas pessoas vão fortalecer a ideia de cidadania, sobre isto também, você me pergunta: ah, e as pessoas que detestam política, que não querem participar.... peço pra ler um texto, você deve conhecer, é o Analfabeto político. Posso?** (Entrevista do participante *Ponto zigzague*, 27/10/2021; grifo nosso)

Na leitura do texto o participante enuncia a orientação voltada para a participação política vista como forma de cidadania. Ressalta que a participação é referendada pelo conhecimento, ao fazer a defesa da visita ao Centro de Memória para se conhecer história do voto, das eleições. A imagem que o autor faz, no poema, daquele que é o alfabetizado político, na visão do entrevistado, é do cidadão que é político, ao da cidadania que é o ato de participar:

Exercer a cidadania...acho assim desde a tenra idade até o ocaso, é fazer política. É só participando mesmo. Acho assim, tudo o que você fizer que tenha inclusão tanto melhor. **No casos dos alunos que veem aqui, do ensino fundamental e médio...eles estão conhecendo a história do voto e das eleições no nosso país e fortalecendo a ideia de cidadania, que é justamente daqui a um certo tempo,** ao conhecer esta história rica, eles terão a oportunidade de se candidatar por um país melhor, por uma representação do povo. (Entrevista do participante *Ponto zigzague*, 27/10/2021; grifo nosso)

A cidadania, referenciada ao aspecto político da participação ativa do eleitor, traz, ainda, a concepção de que ser cidadão, exercer cidadania, não é um dado emoldurado, paralisado. Ao contrário, é através do conhecimento de história, da realização do voto em outros momentos, que os alunos poderiam ser conduzidos pelo conhecimento trazido no CM e de empenhado na palestra do PTH. Segundo *Ponto zigzague*, de 27/10/2021: “Divulgar a nossa história pro povo, pro povo entender que é importante participar...não é um quadro na parede. É mudança. Muda todo dia”. Como nos provoca o depoimento, o CM seria capaz de recompor e trazer as experiências das eleições no Brasil. O que supõe uma dimensão ativa para cidadania, no acompanhamento dos processos e vivências sociais.

Ao se desdobrar, também, na visão de direitos e deveres, a cidadania passa a algo em torno de, a um só tempo, dar o sentido histórico, aqui expresso por seu aspecto de continuidade e permanência, de orientação e incorporação de ideias e ações inovadoras, orbitando tanto em torno do passado quanto do presente.

Eu pelo menos acho muito gratificante atender estas crianças, estes adolescentes. Este trabalho é muito gratificante. Levar esta noção de cidadania para elas, sobre porque você não deve vender seu voto...assim, porque por mais que as pessoas falem disto, aqui você está no tribunal que cuida disto. **E as crianças entendem, elas pensam....elas respondem. O envolvimento delas é fantástico. Na nossa ação aqui, eu vejo cidadania muito ligado a direitos e deveres...da nossa parte eleitoral.** Os direitos, ou seja, porque ele deve escolher bem o candidato e os deveres deles que é exatamente isto... que é a responsabilidade que ele tem na vida cotidiana, com o município, **que toda ação dele vai ter impacto no futuro.** E cada voto faz a diferença. Então você tem que pensar assim que o seu voto é importante, que tudo vai impactar na vida dele, estas decisões. (Entrevista participante *Ponto corrente*, 06/10/2021; grifo nosso)

No exercício de inteligibilidade do seja cidadania e de suas implicações e práticas, mesmo para crianças e adolescentes, a referência interpretativa segue do presente à projeção para o futuro. Assim, se descola apenas da interpretação para a qual a cidadania poderia ser restrita aos direitos e deveres do voto, afetos à Justiça Eleitoral. Conforme o ponto de vista do participante *Ponto corrente*, de 06/10/2021 e cabe mesmo às crianças estes benefícios da cidadania:

Na verdade ...não exatamente. Acho que eles participam agora já. **Quando eles saem daqui eles saem com várias ideias**, com vários entendimentos. Então, muitas vezes, teve uma vez que alguém que tava dando a palestra pediu para ver com a mãe, o pai, sobre como deve ser, o que eles acham disto, o que eles acham. Então... **os meninos acabam sendo um canal de todo este processo pra dentro de casa**....sobre todo o processo, sobre a urna, sobre como escolher, sobre porque não anular o voto. Então...acho que a gente tá preparando pra geração futura, mas eles já participam da vida da casa. São cidadãos agora já. (Entrevista participante *Ponto corrente*, 06/10/2021; grifo nosso).

Assinalamos que a possibilidade da enunciação e tradução de cidadania que se estabelece nos direitos e deveres do voto vai ganhando espaço no Projeto Trem da História para a ação proposta que vê cidadania no presente da criança e adolescente e de sua participação na vida social.

Para Maia e Pereira (2014) cidadania sob a luz dos estudos do cotidiano não deve circunscrever o cidadão ou experiências cidadãs a preceitos descolados das vivências e experiências cotidianas porque “cidadania não é um status a ser conquistado por quem assimila e incorpora em sua prática certos padrões de comportamento” (MAIA, PEREIRA, 2014, p.619). Para as autoras, o estabelecimento de padrões de cidadania deixa de fora uma enormidade de pessoas que não estariam contempladas neles. Propõem que a reflexão não deve ser para alcançar no futuro- o que, no estudo de caso, seria visto apenas como o direito de votar e se candidatar. Neste caminho, ressaltamos que cidadania proposta como flecha lançada para atingir alvo futuro está em confronto com a reflexão proposta e aceita nos estudos do cotidiano, na legitimação na trajetória de vida.

Em sentido diverso, o entendimento de educação para a cidadania que comporta ação política para o futuro, voltada a alunos que não votam e não podem concorrer a cargos públicos, insere o acento grave na cidadania como prática do voto e, no entendimento de Cardoso (2007) “educação diz respeito sobretudo ao passado e ao presente, ao que já conhecemos sobre o mundo” (CARDOSO, 2007, p.132). Ao assumir que ao aluno, criança ou adolescente não cabe ser cidadão hoje, pelo voto, a educação “para a cidadania” irá ter papel na previsibilidade do vir a ser este e no estudo tanto do passado quanto do presente. O autor

questiona o slogan do preparo para a cidadania, difundido no meio educacional a partir da década de 30, no Brasil, vinculado à disciplina História, sendo, na década de 60, suprimida no último ano do ensino ginasial, e na década de 70 substituída pela disciplina Estudos Sociais, em fusão com a Geografia.

A apropriação do conceito de cidadania, para o CMTRE-MG, poderia limitar as interpretações à participação eleitoral, com objetivo instrucional ao exercício do voto. Todavia, este é um primeiro aspecto a ser vislumbrado devido à sua formação de acervo e objeto mesmo deste ramo da Justiça. É importante entendermos o fazer diário do Projeto na constituição da proposta como produtora da abrangência de cidadania para além da ação reprodutora do conceito prescrito.

No caminho interpretativo entre a democracia e a redemocratização foi eleito sobremaneira o movimento por parte da imprensa, em demandas sociais, a fim dar tradução a cidadania no último período ditatorial pelo qual o país foi atravessado, entre 1964 e 1985. As temporalidades são múltiplas, no que diz respeito à suspensão da Justiça Eleitoral, no período de Ditadura do Estado Novo, entre 1937 e 1945, quanto da supressão de direitos e liberdades individuais, na Ditadura Militar, entre 1964 e 1985.

A interface entre democracia e redemocratização, que faz aproximação com a cidadania é trazida como a condição de se poder falar sobre cidadania nos regimes democráticos. Desta compreensão, pois, a democracia pode ser entendida ao mesmo tempo como condição e significado para a cidadania.

Em um só tempo, democracia e redemocratização são trazidos como condições para cidadania, sendo expressão das lutas pela redemocratização o caminho pelo qual é necessário perseguir para se chegar ao local definido, ou para o qual aponta importante significado, qual seja, a democracia. Se comparada a bordados, a redemocratização seria os instrumentos de trabalho, a cidadania os pontos e linhas utilizados e a democracia o trabalho final, a arte pronta. Na perspectiva do participante Ponto cruz, em 18/11/2021:

Foi um processo de amadurecimento institucional, então...com a necessidade de divulgar o voto eletrônico, a gente se aproximou muito das instituições de ensino, principalmente de ensino médio, pra gente incentivar este jovem a se alistar. Que a gente via em estatísticas, houve um boom de alistamento em 89, com a redemocratização, e depois houve uma queda gradativa destes jovens para votar. Isto é nacional, em Minas também. Isto melhorava na eleição municipal, muitos conhecem os candidatos a vereador, mas teve um decréscimo. **Fazer estes jovens voltarem a ser cidadãos era o objetivo. Cidadania só consegue com a democracia. Uma das frentes iniciais para a gente se aproximar da escola foi a valorização do alistamento jovem e da divulgação do voto eletrônico.** (Entrevista participante *Ponto cruz*, 18/11/2021; grifo nosso)

A necessidade de se atrair a atenção dos eleitores jovens, nas escolas, com a redemocratização, foi apontada como alavanca para o Tribunal se aproximar das escolas, levar o alcance da dimensão do voto enquanto importante instrumento de atuação política, não sem embates, sobretudo se pensarmos na atuação do Tribunal até às últimas eleições.

Embora haja pontos em comum em todas as definições, podemos ver que elas não têm o mesmo significado, estando, contudo, relacionadas à transparência e acesso à informação. Destacamos o relevo dado, no PTH, à inscrição no tempo e suas problematizações, a respeito tanto da condição de quem era eleitor ou poderia se candidatar quanto as alterações no processo eleitoral:

Como começou isto, pra que começou isto, pra que votar, porque a gente vota hoje. Este é o nosso papel no Trem da História. **Olha, a gente coloca no tempo, no tempo era assim.** Desde a colônia, **as leis eram feitas em Portugal, as Vilas eram criadas já com seus representantes.** Então... **mostrar para este aluno que a gente não vota livremente todos, sempre. Que já foi muito diferente. E que pode sempre mudar. Que não foi sempre que todo mundo votava.** (Entrevista participante *Ponto alinhavo*, 02/08/2022; grifo nosso).

Importante ressaltar que as entrevistas apontam de alguma maneira e publicação e comunicação se correlacionam à cidadania noções adjacentes, sendo que as primeiras configuram a existência da segunda. A defesa deste binômio pode ser explicada pela formação da equipe que desenvolve os trabalhos que participou da pesquisa.

Recuperar a articulação entre participação e decisão induz à nossa reflexão na especificidade do CM e nos seus interesses correlatos- o voto, a eleição- e a relação que vem sendo construída com o campo da memória, da exposição, da história, do relato.

3 TECENDO O PHT- TRAMAS DO QUADRO

Este capítulo aborda o Projeto Trem da História como a instância de ação educativa a partir de uma instituição de memória dentro de órgão público, o TRE-MG. Recorremos a uma breve discussão acerca do uso de diferentes termos que abarcam espaços de memória. Posteriormente, para contemplar e compreender os aspectos de formação e caracterização do espaço de estudo, localizamos a Justiça Eleitoral no Brasil, traçando histórico dos debates a respeito da formação deste ramo da Justiça. Debates a formação do CMTRE-MG portador da ação educativa PTH, apresentamos sua constituição e permanência ancorada no setor de comunicação do Tribunal. Este momento propicia entendimentos a respeito da ação educativa

e as possibilidades das etapas de um Centro de Memória voltado ao público escolar e dos elementos constitutivos da proposta tanto do Projeto e os demais elementos que compõem e delineiam a ação educativa escolar no CMTRE-MG.

3.1 Centros de memória e museus: elementos e práticas correlacionadas

Os centros de memória, a partir dos anos 80, de acordo com Fonseca(2013), foram se estruturando no Brasil “[...] dotados de faces museológicas e arquivísticas, voltados para temas mais específicos, ou áreas do conhecimento mais específicas”(Fonseca, 2013, p. 23).São frequentemente vinculados a empresas públicas e privadas, constituindo-se como espaço de acesso a documentos e aprendizagem de temáticas ligadas ao fazer da instituição, ao fazer do seu mantenedor, operacionalizando fontes que poderão se tornar documentos e com características híbridas.

Acerca do trabalho e atribuições nestes locais dizem Bicalho e Pianetti (2014)

“esses espaços passam a responder por importantes e diversificados tipos de material: arquivístico, bibliográfico ou museológico que, normalmente, é disponibilizado para apreciação de visitantes ou para a realização de consultas e pesquisas acadêmico-científicas. (BICALHO; PIANETTI, 2014, p. 870)

Para Neves (2005) as instituições culturais e educativas, de caráter memorial, se deparam em diversas ocasiões com a necessidade de mostrar sua legitimidade. Aponta para a rapidez e fluidez do mercado, do mundo do consumo, que estimula a estruturação de centros de memória, ligadas aos setores privados ou aos setores públicos, sejam eles educacionais ou outros órgãos públicos

Constituídos e elevados muitas vezes a uma lógica dos instrumentos em lugar da lógica das finalidades, devem considerar que seu papel é a organização de arquivos, bibliotecas, coleções de jornais, fotografias etc. Porém, não podem ficar imersos no imediatismo institucional, precisam desenvolver um trabalho pautado em testemunhar a sociedade com que trabalha (NEVES, 2005, p. 62).

Nesta perspectiva, os centros de memória não devem, na visão do autor, permanecer reféns da lógica do imediatismo e pragmatismo. É preciso esforço a fim de gerar informações com autonomia e “assegurar continuidade, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da democracia entre nós.” (Neves, 2005, p.63). O autor remonta às discussões do final do século XIX e início do XX, baseando-se em Choay (2001), voltando o olhar para aquilo que poderia ser considerado como documento e a relação de espaços especializados para acolher cada documento de forma que a distinção entre arquivos, bibliotecas e museus se daria por

características de manejo dos documentos, considerando as funções específicas e objetivos de cada espaço.

No contexto de implantação de centros de memória institucionais dos órgãos públicos, fundamentalmente ligados ao Judiciário, uma pergunta que norteou a discussão a respeito da musealização da memória institucional, considera que algumas destas unidades estão a serviço do encantamento sobre a memória do próprio órgão, sem preocupação com a problematização do acervo, sem inquirir o acervo, retirando do acervo o papel de guarda documental, colocando-o no papel de ilustrador de fatos marcantes. Nogueira (2015) chama atenção a um aspecto singular e que remonta a um desafio: são instituições dentro da outra instituição, sem dotação orçamentária própria e não fazem parte da estrutura da atividade fim do órgão, da instituição que os abriga. Indica que musealização nestes espaços pode se consubstanciar cada vez mais na busca de provas para o que se deseja cristalizar, e não na produção de sentidos a partir de indícios.

Surtem alguns questionamentos, dentre os quais: “[...]como gerir o acervo do museu fora da carga patrimonial da instituição?” (NOGUEIRA, 2015, p.7). O sistema de controle, de natureza físico financeira, do patrimônio, é um exemplo tomado. Este sistema não contempla os espaços museais, ou, melhor dizendo, a musealização dos objetos, com a consequente transformação em acervo.

Para tratar de alguns museus institucionais, em Brasília, tendo como referência o Estatuto dos Museus¹², e, ao analisarem as formas de comunicação destes espaços no âmbito das diretrizes do Estatuto sobre “unidades de memória” dentro dos Tribunais, Silva e Paulino (2019) trazem o enfrentamento da própria nomenclatura por alguns destes espaços, que, ao se definirem museus, a fim de atender ao que prevê o Estatuto, preferiram alterar a denominação, em momento posterior, passando a se autodeclararem centros de memória. Os autores apontam algumas motivações para esta ação. Alguns servidores destes setores, nos Tribunais, consideram restritivas a denominação “museu”, no Estatuto. Este prevê, dentre outras necessidades, a existência de um plano museológico, programas de comunicação específicos para que os museus possam se inserir na sociedade que representam e profissionais da comunicação. Os autores apontam para a falta de profissionais com formação na área, em todos as equipes pesquisadas, equipes insuficientes, além de constantes novas reduções de quadro de pessoal, por necessidades administrativas, tendo em vista seu quadro não ser composto por profissionais especializados.

¹² Estatuto dos Museus, Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, regula o setor museológico delineando funções, princípios fundamentais, objetivos, qualificação de acervo dentre outras regulações.

Por outro lado, para os autores, a própria denominação de museus, presente no artigo 1º do Estatuto dos Museus, não impede que uma instituição que não tenha plano museológico seja assim denominada. Os autores indicam que esta ação de alterar a denominação pode ser explicada como forma de isenção de responsabilidade técnica, ou de desconhecimento mesmo do que possa assim ser chamado museu.

Linhales e Nascimento (2015) apontam para a preocupação que recai sobre instituições, públicas ou privadas, e sobre organizações que, ao criarem seus museus ou centros de memória cristalizam sua memória como história, como “imortalização e como legitimação” (LINHALES, NASCIMENTO. 2015. p.17).

Segundo Vitorino (2015), os centros de memória tiveram grande expansão a partir dos anos 2000 como forma de se preservar a memória das organizações a fim de “conservar e produzir conteúdo a partir da memória institucional, presente tanto na documentação histórica da organização quanto na memória de seus colaboradores e de outros atores relacionados à vida institucional” (VITORINO, 2015. p. 1).

Centros de memória e museus, em alguma medida, têm sua denominação utilizada como sinônimos, podem por vezes serem utilizados como equivalentes ou como categorias distintas dentro de um panorama maior no qual estão as instituições de memória. No quadro da literatura, a expressão centros de memória é encontrada em menor escala, tendo em vista, sobretudo, o seu aparecimento recente, nos últimos anos. Pode-se afirmar que guardam nexos, se orientam a fim de preservar um patrimônio que desejam colocar em perspectiva, em evidência. Estão entrelaçados pelo aspecto da memória que desejam trazer, ressaltar, traduzir. Buscam aplicar pressupostos educativos aos seus acervos. Muitas destas unidades possuem, em comum, intenção educativa, ou estão em processo de busca e construção da aproximação do quadro educativo. Importante ressaltar que a pesquisa bibliográfica na base de dados Portal de Periódicos Capes¹³ não retornou aspectos relacionados à prática educativa especificamente voltada para centros de memória, em centros de memória. A busca avançada contemplou os descritores ação educativa OR centros de memória OR educação. Apontamos, desta forma, que o trabalho poderá trazer contribuição a fim de preencher esta lacuna encontrada.

3.2 O local do estudo a partir de onde o trabalho se propõe a pensar a cidadania: o Centro de Memória da Justiça Eleitoral de Minas Gerais

¹³ Portal de Periódicos Capes. Disponível em: [https://www.periodicos-capes.gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?](https://www.periodicos-capes.gov.br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?)

O Centro de Memória é herdeiro da atuação da justiça especializada, a Justiça Eleitoral, oficializada no Diário Oficial de Minas, em 2 de abril de 1932, veículo no qual é publicada a convocação de desembargadores para o sorteio de juízes, objetivando a formação do Tribunal Eleitoral, instituído pelo Código Eleitoral de 1932¹⁴. Buscamos compreender como ocorreu a instituição da justiça eleitoral, quais foram os discursos que deram subsídios para esta decisão de surgimento desta justiça especializada, no interior da qual, anos depois, surge CMTRE-MG?

Da nota inicial à primeira edição do Decreto no 21.076, de fevereiro de 1932, atentamos para as anotações realizadas por Assis Brasil e João da Rocha Cabral, membros da subcomissão responsável pela criação do texto, com relação ao que consideravam urgente e a mais importante dentre as reformas que o país precisava. Esclarecem que, a despeito da opinião dos financistas, que reduziam a melhoria da circulação de riquezas, do arranjo das finanças, de outros grupos que também consideravam urgentes as melhorias sanitárias, e ainda outros que, advogavam por reformas educacionais e incentivassem a alfabetização da população, estes membros da comissão afirmavam, categoricamente, como reforma prioritária: “Não cessamos de repetir [...] é a reforma do voto...”.

Para Holanda (2028. p.26) o fato de estar nas mãos do legislativo o alistamento, contagem e verificação dos votos, através das Comissões de Verificação, fazia com que a cada pleito o país fosse testemunhar o “espetáculo de comédia eleitoral”. Expectativa considerável foi depositada no Código Eleitoral de 1932: a expectativa de que, pelo voto, boa parte dos males da Primeira República (1889-1930) seriam corrigidos. No levantamento a respeito das Leis e Reformas Eleitorais brasileiras, entre 1890 e 1945, Silva e Silva (2015) nos informa que, nos anos de 1890, 1892, 1904 e 1916, nas circunscrições eleitorais de Estado e Distrito de três representantes e de cinco representantes, nesta ordem, os responsáveis pela apuração dos resultados eram os próprios eleitos. Na mesma abordagem seguem Ricci e Zulini (2013) ao concluírem que “a decisão final sobre o seletos durante a Primeira República brasileira constituía competência *ex officio* do parlamento. (RICCI, ZULINI (2013, p. 92)” Com a instituição da Justiça Eleitoral esperava-se que a competência especializada desta justiça levasse a um quadro de avanço “para a segura reconstrução da República”, conforme sustenta a Comissão que apresenta o Código Eleitoral de 1932.

Neste cenário a Justiça Eleitoral de Minas Gerais é instalada, em 1932 e, cinco anos depois, em 1937, desfeita, a partir da imposição ditatorial do Estado Novo. A Constituição de

¹⁴ Código Eleitoral de 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>.

1937, em seu prefácio de justificativas, ao alegar atender à proteção legítima do povo brasileiro, ameaçado por propaganda demagógica e invasão comunista, e, com a justificativa de salvar a população desta ameaça, suspende o funcionamento do Parlamento. O Art. 39, indica que o parlamentares se reunirão independente de convocação, na capital, por três meses, sempre em 3 de maio de cada ano, e, de forma contraditória, apesar de deixar expresso que o Poder Legislativo é exercido pelo Parlamento, o Art. 38 entrega ao Presidente da República o poder para emitir decretos-leis sobre matérias relativas à União. Ademais, em 2 de dezembro do mesmo ano, pelo Decreto-lei nº 37, são extintos os partidos políticos, sendo a estes, pelo Art. 4º “permitido continuarem a existir como sociedade civil para fins culturais, beneficentes ou desportivos” (BRASIL, 1937). A Justiça Eleitoral, instalada em 1932, foi extinta em 1937. Neste espaço temporal, segundo os sujeitos participantes da pesquisa, no Tribunal, muitos documentos produzidos no âmbito desta Justiça desapareceram, havendo apontamento de apreensão por parte do governo ditatorial.

Em 1945, pelo Decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio, o alistamento eleitoral e as eleições voltam a ser reguladas pela Justiça Eleitoral, restabelecida. O Art. 12 B afirma que para a realizarem “os serviços que julguem necessários” (BRASIL, 1945) os Tribunais Regionais deveriam requisitar funcionários das esferas federal, estadual, municipal e distrital. Esta medida fez frente a falta de quadro próprio de servidores. Esta questão foi contornada com a criação, pela lei nº 486, de 14 de novembro de 1948, criando quadro próprio de servidores a Justiça Eleitoral, tanto para Tribunal Superior quanto para os Tribunais Regionais.

As atividades inerentes ao trabalho da Justiça Eleitoral vão, a todo tempo, produzindo documentos que, em 1971, ganham uma comissão de avaliação nomeada a fim de estabelecer quais seriam de guarda permanente, tomando como base o valor histórico e probatório deles. A nomeação desta comissão é apontada por uma participante da pesquisa como uma importante iniciativa para se pensar no resguardo da memória eleitoral. Atas consideradas fontes documentais, por esta comissão, são encadernadas, em um esforço de compilação e organização de material que já fazia parte da trajetória da Justiça Eleitoral de Minas Gerais, para exercer suas funções cotidianas e que, mais tarde, fariam parte do acervo do CMTRE-MG.

Em 1995 é comemorado o período de 50 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral. O servidor participante da pesquisa, *Ponto alinhavo*, havia ingressado no quadro de servidores em 1994, na Assessoria de Imprensa. Este setor foi responsável durante as comemorações, ela montagem de uma exposição fotográfica cobrindo a inauguração da sede do Tribunal, em

1972. Foi feita pesquisa sobre o surgimento e anos iniciais do Tribunal, a partir de entrevistas com os primeiros servidores. Era um momento oportuno para reunir depoimentos e informações que não estavam registrados e figuravam apenas na memória destes servidores. Neste momento, a Assessoria passa a se dedicar à continuidade da iniciativa do trabalho da comissão nomeada em 1971 para levantamento dos processos com guarda permanente. Para dar publicidade aos documentos, informava o público através de exposições, jornal mural, vídeos institucionais e outros instrumentos informacionais. Durante cerca de 50 anos, entre 1945 e 1995, apesar de todo o contínuo trabalho da justiça eleitoral e a consequente produção documental, não havia para além de iniciativas pontuais de preservação, a exemplo da comissão nomeada em 1971, a fim de pensar ações de arquivamento:

Porque... quando eu entrei já existia lá... já tinha biblioteca, já tinha arquivo e esta área de memória na teoria estava dentro da biblioteca. Mas nunca ninguém tinha feito nada. Em 95, durante a celebração dos 50 anos de reinstalação do Tribunal, eu tive a ideia de pegar um álbum de fotografias e colar em cartolina, uma coisa bem primária. Mas já havia iniciativa de outros colegas, que eu não conheci, em relação à memória, por exemplo, eu sabia que alguns colegas, um setor que guardava objetos antigos, não tinha ninguém que se responsabilizasse. (Entrevista do participante *Ponto alinhavo, 16/09/2021*)

A Seção de Relações Institucionais da Assessoria de Comunicação abarca atividades ligadas ao Cerimonial, às produções publicitárias de cartazes e materiais impressos e ações de exposição e preservação da memória do Tribunal, ainda que intermitentes e localizadas em períodos pontuais, visando divulgar a história deste ramo da Justiça, até alcançar iniciativa de formação do projeto embrionário do centro, a partir de 2005, novamente em momento de comemoração, o momento de solicitação de espaço para montagem do centro:

Em 2005, como eu estava trabalhando com o cerimonial, e sempre trabalhei com memória, a gente tinha a comemoração dos 60 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral, um evento comemorativo. Então eu falei, olha, vamos montar um pequeno memorial, um pequeno centro de memória e fazer uma exposição ali, junto com o evento. Aí fizemos com objetos antigos, urnas, processos. E fez sucesso, foi muito bom. E conseguimos incrementar o espaço, conseguimos com a diretora geral da época, que era a Elisabeth Resende, e ela deixou. (Entrevista participante *Ponto alinhavo, 16/09/2021, grifo nosso*)

Foi realizado trabalho detalhado de resgate da história das eleições e do voto. Era o ano no qual se comemorava os 60 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral. A Assessoria de Comunicação organizou mostra sobre os 10 anos da Urna Eletrônica. Era, ainda o momento do lançamento da votação por biometria no Brasil. Tempo propício devido tanto às comemorações quanto pelo despertar do interesse de servidores e convidados para

homenagens, ao pedido para que o local da mostra, a antiga Sala de Sessões, local onde ocorriam as reuniões plenárias, fosse transformada em espaço expositivo próprio do Centro de Memória. No ambiente do TRE- MG, a comunicação gesta o trabalho às ações conjugadas para a instalação do CM. Uma correlação de dois processos a princípio distintos- mostrar o Tribunal na imprensa, fazê-lo se comunicar por meios contemporâneos, e o trabalho de exposição de objetos considerados históricos, importantes, representativos e, portanto, musealizados, vão se conformar na ideia inicial da divulgação da história, pelo CM, entendido como vitrine do trabalho do Tribunal

De acordo com o depoimento de servidor participante, *Ponto cruz*, de 18/11/2021, não é possível apontar “marco” de criação do centro de memória. Em entrevista, ao se referir a chegada de servidor para o setor de comunicação e sua atuação na área de resgate de documentos:

Ela sempre teve este carinho...com a questão histórica da instituição. Aos poucos ela foi uma das primeiras pessoas responsáveis pela comunicação interna do tribunal...era ela que redigia a matérias, e na hora que ela redigia as matérias, ela fazia pesquisas sobre o tribunal, ela ia desenrolando o carretel do contexto histórico, ela não fazia uma matéria chapada, ela procurava o contexto, fotos. Foi acontecendo aos poucos, sem um marco. Alguns presidentes do tribunal tiveram papel preponderante, que foram extremamente apoiadores, no sentido do centro de memória ser criado, articulado, com pensamento da identidade, que é uma coisa muito forte, o pertencimento, a razão de ser da própria instituição, do porquê desta instituição, quais os desafios desta instituição. Identidade pela memória, pela história” (Entrevista participante *Ponto cruz*, 18/11/2021)

Não obstante o fato de não poder ser apontada a “pedra fundamental”, a memória é referida como identidade e sustentação da instituição. Por outro lado, ações efetivas que se referenciavam à memória e preocupação de trazer à tona fatos e aspectos considerados históricos, que pudessem representar a atuação histórica do TRE-MG, são apontadas a partir de 1995 de forma efetiva, por iniciativa da área de imprensa, com destaque para a produção do servidor Ponto alinhavo e equipe da Assessoria de Imprensa posteriormente denominada Seção de Relações Institucionais da Assessoria de Comunicação.

A pesquisa realizada permitiu constatar que a instalação do Centro de Memória da Justiça Eleitoral segue a indicação referida por Bicalho e Pianetti (2014) como sendo resultado dos esforços de pequenos grupos, e de serem espaços híbridos que se caracterizam como:

[...] espaços de convivência de memórias individuais e coletivas que buscam, sobretudo, a preservação de culturas e a comunicação com os grupos que circulam em torno de uma temática comum. As instituições destinadas à preservação de memórias lidam, portanto, com fragmentos de representações de grupos sociais, ao

mesmo tempo em que representam também “fragmentos” dos sujeitos que dela fazem parte. (BICALHO E PIANETTI, 2014, p.869)

De acordo com a participante da entrevista: “o que define a luta pela constituição do centro de memória é amor. Falo amor porque é isto. Muito esforço para devolver ao público o que o Tribunal produz, o que é do público”.(Entrevista participante *Ponto alinhavo*, 16/09/2021)

Os entrevistados, de forma recorrente, afirmam que a preservação e as questões ligadas ao acervo histórico estão diretamente ligadas ao trabalho de um servidor, à imagem do mesmo, desde as primeiras iniciativas até a institucionalização do CMTRE-MG, em 2012, firmado na Resolução 884. Expressões como “ela me convidou”, “sempre fomos eu e ela, os demais se alternavam” são importantes medidas do trabalho e atuação central da participante, para formação e consolidação do CM.

A Resolução TRE-MG 884, de 08 de maio de 2012¹⁵, possibilita a institucionalização das atividades, passando o Centro de Memória a ser reconhecido enquanto setor na atuação da preservação e difusão do patrimônio material e imaterial da Justiça Eleitoral de Minas Gerais. A assinatura desta Resolução não foi precedida de debates ou reuniões plenárias. O documento atendeu a pedido, de forma direta, da coordenação da Assessoria de Cerimonial e Memória.

Ao se referir à institucionalização do próprio CM, o participante assim explica as condições deste processo:

Você não cria uma identidade da instituição de você não tem clareza das raízes, clareza do contexto histórico, se ela tá **apartada da sua própria história. Era necessário ter referências históricas para se ter uma maior identidade da instituição e de quem hoje está nela**, para saber o que está fazendo, os desafios, o papel histórico importante que houve, você cria mais pertencimento, mais compromisso. É uma questão da construção da identidade”. (Entrevista do participante *Ponto cruz*, 18/11/2021, grifo nosso)

A partir de iniciativas com a intenção de se deixar um legado às futuras gerações, um investimento social a partir do qual a memória do voto em Minas Gerais fosse requerida, resgatada, e, assim, orientada para a sociedade, o setor se complexifica com o desenvolvimento do próprio Centro, considerando as fissuras e reentrâncias da sua constituição e da sua manutenção, fazendo-o chegar à sua conformação atual.

Dificuldades de reconhecimento e ocupação do espaço são trazidas pelos entrevistados. As disputas por espaço físico a partir da importância atribuída ao trabalho tanto

¹⁵ Resolução TRE-MG 884, de 08 de maio de 2012. Disponível em: TRE-MG 884, de 08 de maio de 2012.

dos servidores do centro quanto dos demais servidores apoiadores da ideia da manutenção do CM com servidores contrários e, para estes, após qualquer exposição comemorativa, todo o material poderia ser reunido no centro de armazenamento do Tribunal, em Contagem, quanto com os sucessivos presidentes do Tribunal, denotam a baixa valorização da memória no órgão. Apontamos estes embates a partir das concepções dos servidores do CM para a constituição e mobilização relacionados à declaração da importância da memória, de “projetar” a memória para fora do órgão. Este enfoque igualmente explica que manutenção do CM se dá em alguns recuos e avanços resultantes das tensões entre diferentes atores e interesses:

Nunca foi muito, muito fácil não. Tanto que nós tivemos que entregar pela primeira vez....o presidente cancelou o centro de memória. Eu sinto aqui no próprio tribunal, os próprios servidores do tribunal, que o centro de memória tem um espaço imenso ...aquele espaço imenso. Dizem que acaba a exposição podia tirar tudo. Não se dá valor a área de memória. (Entrevista do participante *Ponto corrente*, 06/10/2021.)

De acordo com participante servidor, em anos eleitorais, sempre que o Auditório é mais demandado pelo CMTRE-MG, há impasses nas negociações de uso do espaço, envolvendo outros setores do Tribunal que também demandam por este local, para atendimento aos partidos e candidatos. Perdura nestas ocasiões uma negociação nem sempre trivial, na qual ficam mais expostas as dificuldades de manutenção das atividades do CMTRE-MG e sua permanência enquanto setor cultural e educativo, dentro do Tribunal.

Em outro depoimento, ainda na perspectiva de desmobilização do trabalho, que chamamos de reentrância, o participante destaca a interrupção da atividade técnica devido a ocupação do espaço para outros fins:

Por exemplo, a gente chegou a organizar uma sala com documentos de arquivo, com armários. A gente começou a catalogar. Só que pediram esta sala. A gente teve que encaixotar tudo e guardar. Então a gente prefere que esteja no arquivo. Aí ninguém fala que vai juntar tudo, colocar dentro de uma caixa de novo. Acaba danificando os documentos, dificultando a guarda. Então ficam no arquivo mesmo. (Entrevista participante *Ponto corrente*, 06/10/2021)

Exemplo de fissura na existência e constituição do Centro de Memória do TRE-MG pode ser apontada entre junho de 2009 e agosto de 2013, com o desmonte do CMTRE-MG, a despeito da sua institucionalização pela Resolução 884, em 2012. Foram cinco anos de suspensão de parte das atividades do Centro de Memória e do espaço destinado a ele, na antiga Sala de Sessões do prédio na Avenida Prudente de Moraes, 320, bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte. Tratou-se do fechamento do Centro, considerado pelo Presidente do

Tribunal, à época, como espaço privilegiado para abrigar materiais que poderiam estar no arquivo ou almoxarifado do Tribunal. Foram enviados, ao almoxarifado do Tribunal, os objetos maiores que o pequeno arquivo, quase que pessoal, de uma servidora do centro, não comportou. Alguns objetos que, em sua análise, foram considerados emblemáticos e que poderiam ser facilmente resgatados por ela.

Cabe aqui consideração quanto à natureza da própria Justiça Eleitoral Regional. Os presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, de acordo com o Art. 120 da Constituição Federal, são eleitos entre os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, que compõem os Tribunais Regionais. Concorrem para este cargo, ainda de acordo com o Art. 120, Juízes Federais, o que evidencia a ausência da magistratura própria. Este é um dos fatores apontados como barreira, durante a pesquisa, que contribui para justificar a falta de aderência dos presidentes do Tribunal a projetos específicos, e, no caso do estudo proposto, na formação e manutenção do espaço dedicado à memória da Justiça Eleitoral.

Apontamos como tentativa para lançar luz na reflexão e chamar atenção para a importância dos centros de memória, notadamente para a retomada do espaço destinado ao CMTRE-MG, durante o 54º Encontro do Colégio de Presidentes dos TREs, em 2011, a Assessoria de Cerimonial e Memória solicita ao Tribunal Superior Eleitoral a realização de ações de preservação da memória naquele Tribunal. A atuação da Assessoria do TRE-MG demonstra ação política, no espaço possível, no sentido de estimular a criação e manutenção de centros de memória por parte dos presidentes dos Tribunais Regionais. Ainda que destituídos do espaço expositivo, afirmamos que encontraram estratégia de conexão, ação de maior e momento de aproximação dos presidentes dos Tribunais ali presentes.

Entendemos que a reconquista do espaço expositivo leva a uma melhor qualificação do trabalho. Assim, se na intermitência do trabalho, anteriormente à conquista do novo espaço para o CMTRE-MG, inicialmente mais aproximada à ideia de memórias como portadoras de leituras cristalizadas, memória sinônimo de história (FONSECA, 2013, p.17), o trabalho começa a ser deslocado para propostas que convergiam para outras experiências problematizadoras das temáticas tratadas pelo Tribunal. Ponto alinhavo traz o início desta alteração

Em agosto de 2013 a gente inaugurou um novo espaço expositivo, no térreo do 320, e lá então, a gente inaugurou o centro de memória e já tinha uma Resolução, em 2012, foi feita a Resolução, criando o Centro de Memória, quando a gente foi para o novo espaço em 2013. Então pensamos em projetos, em coisas mais substanciais que a gente podia fazer. Porque o que a gente tinha feito em 2006 era uma amostra, sem

muito critério. A gente pensou em dar uma dinamizada neste espaço. (Entrevista do participante *Ponto alinhavo*, 16/09/2021)

A existência do CMTRE-MG demonstra haver características do contexto tanto do campo comunicacional quanto do campo da educação e mediação, seja em relação ao perfil dos servidores, em sua maioria com formação em Comunicação, seja na própria constituição de espaço educativo e cultural de natureza histórica.

3.3 Desafiando o bordado: o PTH e os elementos constitutivos do CMTRE-MG

Durante a pesquisa documental e entrevistas, pudemos consolidar o entendimento sobre a forma de organização da ação educativa e da instituição de memória do TRE-MG, indicam elementos que correlacionam o desmembramento e recolocação do PTH dentro da proposta educativa do CM:

A gente pensou em três coisas. A gente pensou em exposições temáticas a cada dois anos, **pensamos em um projeto educativo, que a gente chamou de Trem da História, que seria mais um pouquinho complexo, não apenas uma visita guiada... vamos contar esta história, falar da história das eleições, falar sobre a construção da cidadania no Brasil**, e pensamos também na história oral e em expositores leves, pra levar a algum cartório do interior. Bem, estes dois não foram muito pra frente não. Mas as exposições temáticas e o projeto Trem da História foram. (Entrevista do participante *Ponto alinhavo*, 02/08/2022; grifo nosso)

De igual forma, nos traz outro participante: **“Uma coisa é a visitação ao centro de memória. Outra é a palestra do projeto Trem da História.** (Entrevista do participante *Ponto corrente*, 06/10/2021, grifo nosso)

Este movimento da pesquisa documental e entrevistas aponta para a ambivalência entre a denominação, a designação mesma da atividade educativa do PTH e do CM que o realiza. São momentos de afirmação pendular, nos quais ora o PTH é apontado pelos participantes da pesquisa como momento específico da Palestra, ora proposto pelo Termo de Abertura do Projeto, com o objetivo de inscrevê-lo no Relatório de Gestão em 2017, a um entendimento mais amplo dele, abarcando todas as etapas, incluindo visita e votação simulada. O escopo do projeto Trem da História, no Termo de Abertura, assim enuncia:

Palestra, orientação, reflexão, votação simulada e visita guiada ao Centro de Memória para alunos do ensino fundamental da rede pública e particular. Abordagem sobre o desenvolvimento histórico do processo eleitoral no Brasil, com ênfase na cidadania e na responsabilidade individual para a transformação social. (Termo de Abertura de Projeto- TRE-MG. 2017)

Nesta mesma linha explicativa traz o sítio eletrônico do TRE-MG quando expõe fotos das várias etapas do Trem da História assim enunciadas: votação simulada, palestra e visita ao centro de memória, sempre com o título “Trem da História”.¹⁶

Antes de iniciarmos a discussão a respeito do PTH, alguns esclarecimentos se fazem necessários. Partimos da consideração dos indícios das entrevistas que informam ser o PTH a ação educativa do CM para a cidadania, anterior à visita ao espaço de memória e optamos por tratar a Palestra no alinhamento dos entrevistados: ela é o Trem da História. A decisão de alteração da apresentação, por parte da equipe, incorporando a Palestra em momento anterior à visita, não circunscreve o tratamento das mensagens sobre cidadania apenas à Palestra. No caso, a decisão aponta para a necessidade de melhor atenção do público em ambiente de maior com menor interferência de movimentação, que permitiria que a proposta fosse melhor acolhida. Decidimos por seguir os enunciados das entrevistas, que apontam ser o PTH a Palestra inicial e assim, conseguimos observar que a concentração da mensagem na temática cidadã esteja na Palestra, mas não somente nela.

A partir destas afirmações, reconhecemos que houve incorporação de novas etapas a fim de qualificar o CM e sua existência dentro do Tribunal. Segundo Bicalho e Pianetti (2014) são movimentos aguardados dos CMs: “Aos poucos, além de atender às demandas relativas ao abrigo e tratamento dos materiais diversos, os centros de memória buscam formas de estabelecer diálogos com o público-alvo” (BICALHO; PIANETTI, 2014, p. 870)

Buscando integrar a investigação ao programa de ação educativa PTH junto ao Centro de Memória da Justiça Eleitoral do TRE-MG, entendemos o projeto e sua busca para traduções a respeito de cidadania como mais uma ação no espaço de sustentação do projeto, assumindo, nesta perspectiva, ampliação do objeto de investigação também para o CM que o promove.

3.3.1 Desafiando o bordado: o PTH e os elementos constitutivos do CMTRE-MG

A ação educativa PHT, referida como palestra, desenvolvida pelo CMTRE-MG, é caracterizada pela palestra em momento inicial, tempo de se referenciar aos entendimentos e traduções sobre cidadania. Em seguida, vem a visita ao espaço de exposição e a votação simulada. Quando necessário, devido ao número de alunos, ocorre a divisão da turma(s) e

¹⁶ <https://www.tre-mg.jus.br/o-tre/memoria-eleitoral/trem-da-historia>. Acesso em: set. 2022.

parte vai para a votação simulada enquanto parte para a visitação ao CM. Entre a etapa de um grupo da visitação e outro, revezando-se ainda na urna eletrônica, é ofertado lanche aos alunos de escolas públicas. Este projeto, dentro das ações do centro, tem como objetivo levar o entendimento e participação cidadã, em que pesem a falta de robustez da justificativa nos Relatórios de Gestão, adequa-se a utilização da mediação com propósitos educativos para a cidadania, fio condutor que dá unidade à proposta do projeto e do centro de memória que o abriga. O amadurecimento das funções do espaço e das ações educativas levou a equipe a destinar o tempo inicial das visitas à palestra, ao desenvolvimento do Projeto Trem da História, a fim de dar relevo, de qualificar a mensagem envolta na temática da cidadania e assim pretendemos entender a dimensão social vinculada à cidadania pelo PTH na configuração do CM.

Segundo *Ponto alinhavo*, a observação pela demanda de crianças e de algumas escolas no entorno levou a equipe a divulgar o espaço:

Então, como tinha muita criança que vinha, **a gente pensou assim...vamos comunicar, a gente não tinha pretensão de fazer palestras**, não tinha. Eu trabalhava com a comunicação, a gente pensou.... Vamos convidar as escolas para vir, a gente fez *release* pra imprensa, e escolas começaram a aparecer. (Entrevista participante *Ponto alinhavo*, 02/08/2022; grifo nosso)

Ao chegarem ao CMTRE-MG, os alunos são direcionados ao Auditório ou à Sala Multimídia, ou, se estes espaços tiverem indisponíveis, para alguma sala do Tribunal. Este é o momento de Palestra denominado Projeto Trem da História (PTH). Este movimento sugere, na visão da equipe, garantia de melhor participação e retomada de atenção do público, entendido como momento privilegiado para as reflexões sobre cidadania. Neste espaço ocorre a Palestra PTH, que apresenta como justificativa no Termo de Abertura de Projeto:

O projeto atende às demandas de escolas que trabalham conteúdos relacionados às eleições e procuram este Tribunal para esclarecimento e para desenvolvimento de atividades acadêmicas. Há necessidade de conhecimento da história das eleições, das conquistas e do posicionamento pessoal para que a sociedade seja positivamente impactada. (Termo de Abertura de Projeto- TRE-MG. 2017)

A decisão de alteração e descolamento da palestra em momento anterior atendeu a algumas constatações:

A gente já fez tudo junto, **mas daí os alunos conversavam, tem barulho, tem perguntas. A gente achou melhor separar, fazer a palestra antes da visitação.** Às vezes...por exemplo, tem agora um agendamento com antecedência que agente

reserva. Mas às vezes tem um treinamento para chefe de cartório e a gente tem que remarcar a visita da escola. Os espaços do TRE são multiuso. **Acaba que em ano eleitoral é impossível. Em ano eleitoral a gente só usa até uma data X, em ano eleitoral a gente tem restrição, não tem como atender, tem reunião com juiz, com partidos.** (Entrevista participante *Ponto corrente*, 06/10/2021; grifo nosso)

A dispersão provocada pelo movimento dos alunos em meio aos objetos foi importante fator para que a palestra tenha sido deslocada para momento anterior à exposição. No entanto, deparamos com outra disputa, desta vez, não só pelo espaço expositivo, mas agora também pelo espaço da sala multiuso, do auditório ou salas vazias que possam abrigar a palestra, o PTH.

O desenvolvimento temporal do espaço de memória do TRE-MG indica que o PTH foi estabelecido em parcerias com a Escola Judiciária do Tribunal, inicialmente, mas a dificuldade em conseguir parcerias de servidores externos ao setor leva à intermitência da parceria e conduz o CM à própria montagem de seu modelo. O momento de entrada de Ponto Haste no setor, com formação em Pedagogia, é indicado como importante para referenciar e qualificar o projeto, o que, posteriormente, vai culminar na documentalização do PTH e inscrição dele para compor os Relatórios de Gestão Anual, atendendo a demandas de crescimento do CNJ. Traz, Ponto alinhavo, já com a experiência dos percalços dela, a parceria com a Escola Judiciária:

Então, em 2014 a gente já começa a receber escolas, não necessariamente era o espaço multimídia, nem o auditório. A gente improvisou com salas vazias. E nesta época a gente contava com colegas da Escola Judiciária. Então, eu falava sobre a história e cidadania, e uma outra colega falava sobre a divisão do Estado, participação, cidadania porque que temos a justiça eleitoral, como ela é dividida, falava disto. E este formato foi se consolidando. Não tinha nada escrito, nada. Mas é muito difícil contar com colegas de outro setor. (Entrevista do participante *Ponto alinhavo*, 02/08/2021)

A palestra referenciada como PTH é oferecida a grupos que visitam o CM, assim descrita na página eletrônica: “Em se tratando de visitas em grupos, o Centro de Memória também oferece palestras educativas abordando a história das eleições no Brasil, formação da cidadania e processos eleitorais”.¹⁷

Em que pese a ação cotidiana da equipe no trabalho junto aos grupos, a cobrança por parte do CNJ levou tanto à escrita do quanto à inscrição do PTH, em 2016. A ação de inscrever o projeto é por vezes ligada ao controle de ações e prestação de contas do Tribunal, assim colocados:

¹⁷ <https://www.tre-mg.jus.br/o-tre/memoria-eleitoral/memoria>

“O tribunal foi evoluindo neste **controle de ações**, antes não tinha nada disto. **Mas por causa também do CNJ, que começou a exigir dos tribunais, este controle das ações, das atividades, que começou a medir coisas, começou a estabelecer critérios e medições então tudo que a gente faz tem que ser transformado em projetos estratégicos**, eles consideram estratégicos para ser conhecido. Então você é obrigado a crescer, eles medem crescimento. Qual percentual de crescimento.... cada ano tem que crescer 20% o público do Trem da História, virou uma disputa, uma disputa entre os tribunais. De uma certa maneira é uma forma de incentivar o trabalho, pra ninguém ficar dormindo no ponto. (Entrevista participante *Ponto alinhavo*, 02/08/2022; grifo nosso)

Os Relatórios de Gestão do Tribunal são desenvolvidos a partir de critérios relacionados a objetivos estratégicos estabelecidos pelo Tribunal. Em 2018, ano no qual o Projeto Trem da História foi de forma pioneira vinculado pelo Relatório, é relacionado ao objetivo 1, qual seja, a garantia dos direitos da cidadania e indicador 5: índice de participação nas ações de promoção e debate da cidadania. Este documento esclarece que o debate é mais demandado em anos eleitorais, mas que ao TRE precisa se comunicar com a sociedade independente de ser demandado. Se no indicador 5 apenas o debate de promoção da cidadania estava descrito, ao listar os projetos mensurados por este indicador o Relatório passa a relacionar o binômio “projetos de educação/promoção da cidadania”, no qual o PTH é posicionado.

O tribunal foi implantando a sistemática de projetos, pra dar mais transparência, mensurar mais os resultados, com benefícios para o próprio projeto. Mas ele não tinha, digamos, este nome. O nome foi dado posteriormente, quando a gente inscreveu o projeto. O nome vem consolidando com a sistemática de projetos....” (Entrevista do participante *Ponto cruz*, 18/11/2021)

A consolidação do Projeto Trem da História, sua apresentação e organização institucional atenta-se para a participação do público: “A proposta inteirinha, de palestras no centro de memória, é dedicada à responsabilidade pessoal, escolhas, pra onde as escolhas nos leva” (entrevista *Ponto haste*). São recuperados, no momento da palestra, em tentativa de se estabelecer o diálogo com os alunos, conceitos a respeito de cidadania, à história do voto e da justiça eleitoral no Brasil.

A clareza das intenções, expressas na afirmação de que o ambiente para o PTH acontecer precisaria ser outro que não aquele ambiente por dentro da exposição, poderia levar ao entendimento de que haveria momento unilateral. O uso do termo palestra pode ser lido na tendência homogeneizadora de explanação.

Desvallés e Mairesse (2013, p.37), em um contexto sobre ações de comunicação em museus, destacam “A falta crônica de interatividade na comunicação nos museus”

(DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013.p.37). Aqui destacamos que comunicação, ademais, pode ser atingida sem que o processo educativo fosse alcançado. Ainda para os autores, a educação museal se dá por saberes mobilizados com o museu, “[...] principalmente por meio da integração desses saberes”.(DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013, p.39).

Cury (2013), ao lançar o olhar dedicado à comunicação museológica, que, dentro da prática curatorial envolve exposição e educação, traz uma questão: existe o risco de uma análise estreita de que a comunicação é uma via única, de um polo ao outro. A autora defende que a comunicação, com o público do museu, deve levar em consideração o processo de recriação dela, sendo tanto o museu tanto espaço da cultura material como o público sujeito cultural.

Se, por um lado, a possibilidade de se estar em uma sala que coloca os alunos participantes em um local parecido com a sala de aula escolar, de grande parte das escolas brasileiras, o grupo de participantes se posiciona de forma a trazer o trabalho para alcançar a participação dos alunos, da interação como instrumento motivador. O uso se “objetos de mágica” são referendados pela condição de envolvimento e atração:

uso algumas mágicas na palestra e **sobre a construção da história e mostro que não é página em branco...um livro com página em branco**. Isto não é. Tem uma trajetória. Vou falando enquanto folheio o livro. Os meninos gostam muito. Atrai a atenção e permite que eu faça perguntas, veja as respostas deles.... (Entrevista participante *Ponto haste 24/03/2021 grifo nosso*).

As condições referidas ao ambiente da magia, do possível, do inesperado levam ao contato, a perguntas:

Na mágica das cordas, apresento 3 cordinhas de cores diferentes, as amarradas nas duas extremidades. A proposta é transformar as 3 em uma corda única. **Ao separar as cordas amarrando uma à outra, as 3 ficam na sequência, ligadas, mas enfatizo que quero uma só corda**. Enrolo a corda na minha mão, e quando vou desenrolando para esticar a corda, ela está toda unida, como uma corda só, sem os nós. obviamente é material confeccionado para esse truque. (Entrevista *Ponto haste, 24/03/2022; grifo nosso*)

Em meio a este descortinamento, qual seja, do aspecto de se aproximar dos alunos, na tentativa do diálogo com eles, apontamos outro, relacionado a uma das traduções de cidadania, portadas pelo PTH, que denotam e se ancoram na tentativa da participação, do fazer, estabelecidas no caso

eu simulo um erro quando faço a mágica, parece que não consigo transformar eu uma só corda, porque os nós permanecem lá. Trabalho a perseverança para que se tenha mudanças; investimento mesmo com toda oposição; ficar de braços cruzados não acarreta nenhuma mudança só concede aval para quem está disposto a fazer algo, aí, não podemos reclamar, porque não contribuimos para a mudança que queremos ver (Entrevista *Ponto haste*, 01/09/2022, grifo nosso)

Apontamos como condicionante à própria realização do PTH a necessidade de utilização de espaço que não é destinado exclusivamente ao CM. Merece destaque o valor da negociação e o fato de coincidir a maior demanda das escolas, em anos eleitorais e ao maior uso por parte de outros setores do próprio Tribunal, a exemplo da Tecnologia da Informação, bem como de atividades diversas tais como reuniões com partidos, treinamentos de mesários, atividades de preparação das eleições.

O reconhecimento das práticas e elementos que, além do PTH, se consubstanciam com o CM, quais sejam, visita à exposição, votação simulada e material de apoio é forma pertinente para encaminharmos a interpretação das traduções referenciadas para cidadania na configuração do PTH.

3.3.2 *Exposição e visita ao CMTRE-MG*

Quando da criação do CMTRE-MG, com espaço expositivo e atuação através de visita guiada,¹⁸ a realidade apontava para a forma de concentração de peças do mobiliário, processos e documentos tridimensionais que pudessem “ilustrar”, seja no nível da administração-processos e objetos não mais manipulados em fase de uso corrente- seja no nível da abordagem do conhecimento histórico, sendo, nesta proposta, de um centro de memória espaço de recriação do passado das atividades do Tribunal.

O CMTRE-MG, atuando desde meados dos anos 2000, ainda que de forma descontinuada, trabalha questões relativas à história do voto, da participação pelo voto, desde a chegada dos Portugueses ao território que viria a se constituir como Brasil até o momento contemporâneo, sobretudo a partir da constituição da Justiça Eleitoral no Brasil, em 1932. Atuando, inicialmente, na construção de uma memória preservada como história e sua publicidade este CM vai no movimento de organizar ações, interpretadas nesta pesquisa, como portadoras de autopreservação, bem como de ações educativas que pudessem ser problematizadoras.

¹⁸ Visita guiada é o nome pelo qual os participantes se referem a visita ao espaço expositivo.

Dentro dos limites de reestruturação do CM, a partir de final de 2018 e início de 2019, o TRE-MG, a conquista do espaço expositivo permanente é considerado fronteira entre o antes e o depois, entre a permanência e as incertezas de outrora. Vemos, do participante, esta afirmação:

E agora, aquele espaço lá é do centro de memória. Não tá escrito, não temos isto por escrito. **Ele foi todo modificado, o TRE segue um padrão, é o único espaço do TRE que é totalmente diferente dos outros**, ele foi feito pra abrigar o centro de memória, de piso, iluminação, foi o pessoal nosso mesmo que fez projeto, da área de engenharia. E tá também perto da cantina, de banheiros. O local bem na entrada. (Entrevista participante *Ponto cruz*, 18/11/2021, grifo nosso)

Nossa proposição, ao pensarmos na perspectiva, por parte da escola, de se visitar o CMTRE-MG e participar de todas as etapas é relacionada à seguinte consideração: a visita escolar é pensada no ambiente das práticas escolares, relacionada aos desejos dos professores, que conciliam formas de aprendizagens aos conteúdos curriculares, sobremaneira motivados por anos eleitorais acima do interesse do envolvimento com a temática transversal refletida na cidadania. Ponto alinhavo assim esclarece:

A gente foi até convidado a falar em faculdades, alunos de faculdades, para os alunos de Direito. Mas aí também esta fase acabou e a gente ficou só com as escolas. E a gente foi num crescendo. Os anos não eleitorais nunca foram atrativos para as escolas. **Os anos eleitorais são sempre os anos atrativos para as escolas. É quando as escolas estão trabalhando com as eleições**, eles querem aliar o tema das eleições e a visita ao centro de memória. (Entrevista participante *Ponto alinhavo*, 02/08/2022; grifo nosso)

A aproximação à temática do voto, nas escolas, ocorre durante os anos eleitorais e a demanda pela visita ao Centro de Memória passa a ser maior orientada pelo foco de interesse das escolas para o aprendizado sobre as relações de participação social pelo voto. Em nossa interpretação, a abordagem do PTH direcionada aos entendimentos de cidadania é proposta unilateral do CM e que traz elementos que correlacionam conhecimento e conceito transversal, mas que não foi, na maior parte das vezes, o mote para a visita escolar e pode ser entendida como uma extrapolação da busca inicial realizada pelo professor, na composição de ações do CM e da proposta do PTH.

Dados relativos ao número de alunos e de escolas atendidos e tipo de escolas atendidas, se pública ou particular, entre os anos 2015 e 2022, excetuando-se os anos de 2020 e 2021 devido a pandemia de covid-19, indicam que houve aumento do número de alunos e escolas atendidas a partir de 2017. Poderia ser reflexo da inclusão do CMTRE-MG no Projeto Câmara Mirim (CAMIR), desenvolvido pela Câmara Municipal de Belo Horizonte em

parceria com o com a Secretaria Municipal de Educação, a Escola Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG) e o Centro Pedagógico da UFMG. Uma das etapas do Projeto contempla a visita ao CM e a consequente participação no Projeto Trem da História, mas somente a partir de 2017.¹⁹

Quadro 2 - Alunos atendidos - em números-Projeto Trem da História

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2022
Número de alunos atendidos	597	261	330	526	728	400	163

Fonte: elaborada pela autora, 2022.

Quadro 3 - Escolas atendidas- em números e categoria-Projeto Trem da História

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2022
Públicas	4	1	0	não definido	14	13	não definido
Particulares	1	2	3	5	4	2	2

Fonte: elaborada pela autora, 2022.

Quadro 4 - Alunos não relacionados ou direcionados por escolas

	2014	2018	2019
Estagiários do TRE-MG	77		
Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte		60	
Terceirizados do TRE-MG			50

Fonte: elaborada pela autora, 2022.

A localização do CMTRE-MG²⁰ poderia indicar que escolas particulares fossem as mais atendidas e participassem mais dos momentos ofertados pelo CM. Está localizado na região sul de Belo Horizonte, no bairro Cidade Jardim. Apesar da sinalização por parte da Prefeitura Municipal da cidade ser do ano de 2020 a equipe fez convites e divulgação indistinta às escolas públicas e privadas: “Fizemos uma pesquisa e mandamos e-mail para

¹⁹ O Projeto Câmara Mirim (CAMIR) é desenvolvido com alunos do 6º ao 9º do ensino fundamental, definido como “projeto de educação para a cidadania, por meio da formação política e do debate sobre temas de ordem social, ambiental, econômica, política e outros.”<https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/camara-mirim> ou ainda “para o desenvolvimento da consciência política e participativa da sociedade, apostando na educação cidadã.”
<https://www.cmbh.mg.gov.br/Educa%C3%A7%C3%A3o-Cidad%C3%A3/camara-mirim>

²⁰ Avenida Prudente de Morais, 320, bairro Cidade Jardim, Belo Horizonte.

escolas, estaduais, municipais e particulares também, que a gente conhecia.” (Entrevista do participante *Ponto alinhavo*, 02/08/2022).

A placas sinalizadoras instaladas em 2020 são apontadas como um ganho de imagem e visibilidade ao CM e relacionadas às ações de ponto alinhavo junto à Prefeitura: “Assim...as placas da Prefeitura são recentes, mas já trouxeram até o centro pessoas que lerem a placa, que vieram por causa da placa.” (entrevista do participante ponto corrente). Destacamos que estas visitas realizadas de forma individual ou em pequenos grupos não contemplam a palestra do PTH, realizada para grupos escolares. No momento de chegada deste público algum servidor da SMEMO é informado pela recepção e vai até o CM. As pessoas. Indicam, os participantes, que o acesso ao Tribunal pode acontecer apenas com o acompanhamento de um servidor, e que o CM não tem entrada independente dos demais espaços do órgão. Podemos apontar que o espaço expositivo consegue caminhar dentro do compasso das atividades diversas do Tribunal, em horários e dias de atendimento ao público.²¹

A ideia de visita guiada é apresentada, no trajeto da pesquisa, em oposição àquela tentativa já testada, em momento concomitante à exposição, o PTH, já apontado. O tratamento explicativo, durante a visita, não é direcionado em formato de aula, com grupos “fechados” ou formados em torno da orientação de um servidor do CM. Ocorre em consonância com os alunos, ou quando a equipe deseja pontuar algo específico, relativo a um objeto específico.

Para Nascimento (2013) a mediação exerce a função de promover, no museu, as aproximações entre os sujeitos e os objetos, estes que, no museu, promovem confrontos dialéticos no movimento de conhecer. A pesquisa revela três visões acerca do papel atribuído às mediações: o caráter de ponte entre o objeto e o sujeito; negociadora do conflito entre sujeito e objeto e a mediação transformadora, na função de produzir novo significado ao exposto. Cury (2013) destaca denominações que, ao serem adotadas, enfatizam deficiências, preconceitos com relação à atividade educativa nos museus. Um dos termos é visita guiada, observada na predeterminação da incapacidade do público de realizar a leitura do acervo, da instituição museu. Considerando e concordando com a afirmação de que ao museu cabe o enfrentamento da cultura material, do objeto, não realizar esta leitura seria uma forma de afastá-lo da sua natureza, que se daria pela problemática da cultura material, no acervo. (CURY, 2013).

Para Meneses (2002) o objeto histórico tomado como valor em si, imutável, serve à intenção de rememoração, de reviver fatos imutáveis. Por outro lado, se ponderado, visto,

²¹ O horário informado para o público, em vídeo institucional, se estabelece entre 13h e 19h. Vídeo do ano de 2021 em: <https://www.tre-mg.jus.br/videos/centro-de-memoria-do-tre-mg/view>

observado e confrontado, estará na dimensão do conhecimento bem como qualificando o seu museu, ou espaço de memória, como museu histórico. (MENESES, 2022, p.28-29).

Há, em alguns depoimentos, convergência para a visão da caracterização do CM como demonstrador, simbolizador do que ocorreu, do que foi, do que é a história das eleições no país. Visitar o CM é importante pois:

A memória é isto, é um grande guarda-chuva, e debaixo dela estão biblioteca, arquivo e museu. A biblioteca guarda as produções literárias, bibliográficas etc. O arquivo guarda os documentos que vão ser pesquisados. Ele tem que oferecer a facilidade desta pesquisa e o museu é como a vitrine. Através do museu você traz as pessoas para dentro da instituição, conta a história da instituição e oferece ao público a história pesquisada no arquivo. Está guardado. Foi protegido. (Entrevista participante *Ponto alinhavo*, 16/09/2021)

Seria, nesta representação, a instituição de memória o local de referendar-se o passado, de cristalizar memórias para o visitante? À vitrine museu, envolvida no aspecto de chamamento, de beleza para o olhar, ou no aspecto da organização do social, da compactação da história, utilizando os objetos como suporte e auxílio precisos para a narrativa.

Em outro momento, a formação e seleção para a exposição é assim envolvida:

O centro de memória é complementar a palestra. A **gente conta a história dos objetos, das urnas**. O centro de memória é essa vitrine, que a gente guarda os objetos históricos mais importantes, preciosos. **Tem também o original, do código eleitoral de 32. É a função do museu mesmo, cada peça conta uma história. Eles não visualizam tudo isto no centro de memória, é uma maneira de concretizar o aprendizado**. Aconteceu mesmo... O centro de memória é esta vitrine...em que a gente guarda as **coisas mais preciosas da nossa história**, que no nosso caso são as urnas, o original do código eleitoral. Está ali, guardado. Foi protegido. (Entrevista do participante *Ponto alinhavo*, 16/09/2021; grifo nosso)

Entendemos o trabalho com o objeto compreendido na instância de “reconciliação” do presente com o passado, de concordância temporal. Tomando-se o efeito pela causa, na transposição metonímica, correspondem a recurso para estabelecer relação lógica de um ao outro. Assim, não há dilemas entre o que está exposto e a memória, nem das problematizações que os ligariam.

Acentuar a importância dos objetos primeiros da atuação da justiça eleitoral- urnas, leis, decretos, títulos, de certo converge para razões que decorrem tanto do que foi possível resgatar, recuperar quanto do visão de permanência, pode diminuir a potência da função documental do museu, proposta por Meneses (2002) de dar ineligiabilidade à mudança.

O Centro de Memória comporta memórias do voto ofertadas no enredamento entre os “objetos históricos” e soluções expositivas contemporâneas tais como totens de imagens,

cenários, projeções. Ainda, organiza-se adotando exposições permanentes e temporárias, a cada dois anos. Nestas, as temáticas têm sido abordadas: **30 anos da Constituição Cidadã e 90 anos da Justiça Eleitoral: o Brasil e a tradição do voto**. A primeira entre 2018 e 2022 e a segunda a partir de 2022.²²

A curadoria é atividade relacionada, preponderantemente, a um participante da pesquisa, que a compartilha com outros participantes e espelha, em diferentes graus, a formação, a instituição, o aspecto político na qual o curador se posiciona. Como nos indicam Carvalho e Lima (2021) não se dissocia, a exposição, os textos e legendas das pessoas que assumem as tarefas relativas à curadoria.

3.3.3 *Material de apoio*

Estratégia usada a fim de intensificar a dimensão educativa do CM é observada na confecção do material de apoio, impresso, que varia de acordo com a exposição temática temporária bem como com a disponibilidade financeira de impressão. Para o público-alvo escolar nos pareceu, o material, denso e pouco atrativo. No entanto, pudemos entender que este material não foi pensado apenas para estudantes, ou para que eles trabalhem com ele sozinhos. Seria um direcionamento para o trabalho na escola, com o professor além de sinalizam para a entrega a visitantes e autoridades que, em passagem pelo Tribunal, também recebem o livreto. A exposição temporária objeto da pesquisa, é intitulada A Evolução do voto no Brasil: do Pelouro à Biometria. No material, impresso em cores, tamanho 16 cm por 16 cm, procura-se reunir informações sobre o histórico do voto em formato de linha do tempo, composto por imagens de acervo e textos explicativos, sob realização da Assessoria de Cerimonial e Memória Eleitoral e apoiadas por setores internos de artes gráficas, comunicação social e de manutenção e obras.

O texto, de natureza narrativa, no uso do recurso de progressão gradativa no encadeamento de situação cronológica, é pontuado por ideias de tensão e cortes que apontam para a necessidade de enfrentamento das questões colocadas, socialmente, no tempo. A iconografia contempla o uso de charges relacionadas a forma negativa pela qual a população encarava os “políticos”, em 1840, como charges que apontavam o olhar crítico e desconfiado da população no processo participativo pelo voto, traz também fotos de servidores, apuração de votos, urnas, cadastramento de eleitores.

²² Em 2020 não foi alterada, a exposição temporária, devido às restrições da pandemia à visitação.

O material de apoio, por ser majoritariamente narrativo-cronológico, que intenciona um recorte temporal muito amplo, de 1532 a 2014, não inviabilizou a tentativa de trazer ao material momentos considerados importantes pela equipe de produção. Destacamos dois.

No texto, o momento denominado República dos coronéis é trazido no efeito de se fazer caminhar, dentro do compasso que se propunha do voto dos alfabetizados que, na prática, eram portadores do voto em qualquer tipo de papel, com o nome escrito previamente, do candidato. Informa ainda que, neste período, em 1916, foi sancionada lei que entrega ao Judiciário a tarefa de preparo das eleições. Traz o texto que, o que poderia ser visto como solução para controlar o “voto de cabresto, voto de marmita” (A Evolução do voto no Brasil: do Pelouro à Biometria. p.7) se tornou mais uma possibilidade de controle do eleitor, tendo em vista que havia diferenciação de cédulas por candidato.

Procuramos reconhecer, neste material, potencialidade e intencionalidade de torná-lo fonte de pesquisa. O emprego deste instrumento nos indica que ele é motivado pela possibilidade da consolidação do que foi dito, a continuidade da ida ao CM.

3.3.4 Votação simulada

Ponto alto do contexto é a votação simulada, momento relacionado à programação da CM. É momento de aproximação do visitante escolar da proposta do voto em nele mesmo, no manuseio da máquina. Somado a visitação ao CM, ao PTH e ao material de apoio é momento de envolvimento do público, assim indicam:

É muito interessante. As crianças vão votar. É igual como se a mãe fosse votar. Ele se cadastra, apresenta o título, ele é habilitado, ele entra e vota. Além disso, tem uma explicação sobre a urna eletrônica. Emite a zerésima, explica “olha, nenhum candidato tem voto nenhum”, explica o que é zerésima. E eles ficam muito empolgados, se envolvem muito. Comemoram. (Entrevista participante *Ponto corrente*, 06/10/2021)

Há preparação de material de propaganda, com partidos e candidatos fictícios, ligados aos esportes, ritmos musicais, mundo do trabalho, festas populares e folclore. Os alunos eleitores recebem título com a inscrição com seu nome. O momento gera expectativa e empolgação no público, “eles torcem, comemoram alto” (Entrevista participante *Ponto ziguezague*, 27/10/2021) e para que se aproxime o mais possível do real, “como se fosse uma eleição de verdade” (entrevista do participante *ponto corrente*) são usados materiais que normalmente os alunos veem quando vão votar com seus pais, ou nas campanhas da Justiça

Eleitoral. Atentas a novas demandas trazidas pelos alunos, os participantes assim descrevem sua atuação no CM:

Então... assim, a gente tem que aprimorar, mudar. Esta questão da urna, da segurança da urna, não fazia parte da palestra. Mas a criança, o adolescente diz que o pai votou em candidato A mas apareceu a foto de outro candidato. Eu vi na internet isto. A gente mostra que isto não é possível, que isto não tem como ser feito. Isto tudo teve que entrar no projeto, da segurança da urna eletrônica. A gente explica também a questão da biometria, da necessidade de mais uma segurança. (Entrevista participante Ponto corrente, 06/10/2021, grifo nosso)

Os olhares do CMTRE-MG ora se dirigem para o passado ora se deslocam para as demandas atuais trazidas pelo público. O movimento de constituição da história do voto é atravessado por perguntas do presente, no presente, temperado por notícias de internet, vivência e falas de familiares.

Seria a votação simulada, no museu, tentativa de aproximar o aluno à prática da cidadania que diz respeito ao futuro, aos “cidadãos inesperados”, em um contexto que teria a escola porta de entrada ou passagem, como sugere Filho (2016)?

Seria a forma de esclarecer, em diálogo com o público, o delineamento da proposta de votar, da possibilidade de se candidatar?

A pesquisa indica que foi a partir da votação eletrônica, em meados dos anos 90, que a Justiça Eleitoral passa a se comunicar com contornos mais definidos e precisos com a sociedade, o eleitor, o candidato. A importância de campanhas para:

Explicar ao público como aquele poder impacta a sua vida. **Na justiça eleitoral isto teve um impacto muito interessante a partir da urna eletrônica.** Porque houve uma necessidade de levar para o povo um entendimento sobre o voto eletrônico, como funciona, não funciona. **Isto aproximou muito eu falo da justiça eleitoral, particularmente. Isto tudo aproximou muito a justiça eleitoral das pessoas.** Se antes pouco se conhecia, pouco se falava, começou a se falar. Então foram lançadas campanhas de demonstração do voto depois o voto da juventude, incentivando o jovem a votar. (Entrevista participante *Ponto alinhavo*, 16/09/2021; grifo nosso)

Segundo Cury (2006), estudos relativos às formas de aprendizado no e com o museu trouxeram aos espaços de memória a ótica de como preparar exposições a fim de “[] oferecer ao público a oportunidade para comportamento ativo cognitivo, intelectual e emotivo. Em síntese, procura-se a interação entre a mensagem expositiva e o visitante, para que a exposição permita uma experiência de apropriação do conhecimento”. (CURY, 2006. p.38).

O acesso a urna poderá ser pensado pelo argumento de transmissão, que alinham emissor e receptor, como aponta Cury (2006). Nele, cabe o sentido já pronto, da mensagem. Ou, de forma contrária, pelo argumento da interação do público com o museu, entendida como espaço de construção de valores, quando “[...] a experiência do público ocorre pela apreciação que ele faz, a partir do seu universo referencial, criando uma síntese subjetiva.” (CURY, 2006.p.38). Experiência esta que, no caso da maior parte do público escolar, vem da família e dos meios de comunicação

O uso da urna, pelo Centro de Memória que deseja problematizar o exercício do voto como prática de cidadania se torna forma eficiente para criar o vínculo do público com a proposta não como transmissão, mas enquanto possibilidade efetiva de agir, afastando a ideia de museu contemplativo, muito afinada aos museus de história, ou como possibilidade de respostas ao fato de o museu ser visto como “monótono e chato”(CURY, 2013, p. 14).

Pensar, sobremaneira, que a proposta de museu e centros de memória é de serem espaços de cultura material, o argumento da aprendizagem nestes locais ganha força, ao assegurar que este processo ocorra pela indagação do objeto, em situações educativas no e com o objeto (CURY, 2013). A votação eletrônica, em que pese seus mais de trinta anos de adoção, ainda é alvo de dúvidas e desqualificação.

Para além da visita ao CM, da palestra do Projeto Trem da História e do material impresso, o usufruto da ação de votar, do contato com a urna, a votação e apuração trazem a possibilidade de ampliar a experiência de escolha participativa dos estudantes. No que diz respeito à apuração, que ocorre junto aos alunos, a decorrência deste tipo de participação leva ao aprendizado dos critérios e métodos- ainda que de forma não vertical- que o processo precisa seguir. Poderia ser caricatural a implantação da votação simulada no ambiente expositivo. Se há urnas expostas, cobertas por cúpulas ou não, neste momento, o manuseio do objeto sensível não denota à interatividade o grau de “parque de lazer”, conforme Desvallés e Mairesse indicam (2013) ou ao lúdico, de acordo com Cury (2013). No entanto, os questionamentos atuais sobre a urna eletrônica, os processos de votação e apuração, por estimular o engajamento cognitivo do público, tornam o objeto urna eletrônica meio e forma de aprendizagem pelo objeto.

Indica Meneses (2013) que os museus precisaram responder ou conciliar sua existência às “demandas do público”. No entanto, destaca ele, as demandas do público podem estar voltadas para objetos da indústria cultural, que ganham forma de prova documental. Traz ao debate a seguinte proposta: a produção de sentido por quem faz a exposição poderá ser monopolizada e utilizada no aspecto de dominação e afirma: “[...] a exposição não produz

conhecimento independentemente de quem conhece, mas cria sentido apenas pela interação discursiva[...]”. Decerto a busca do público por questões relativas à segurança da urna eletrônica coloca a questão de incluir a participação do público, inserem a exposição no que o Meneses chama de expor sua “fragilidade e vulnerabilidade”. Acreditamos que, se há dúvidas, questionamentos, incertezas mesmo acerca confiança nas urnas eletrônicas, no país, deverá caber ao CM a inserção no debate não correspondendo ao risco de uma tentativa caricatural de atender o público, de forma ingênua, a fim de gerar adesão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Originalmente, o objetivo da pesquisa foi o de trabalhar com as concepções que os alunos do 9º ano do ensino fundamental faziam de cidadania no contexto de visita ao CMTRE-MG e na participação no PTH. A pandemia de covid 19 e a necessidade cautelosa da suspensão temporária de aglomerações em instituições de memória e escolas nos guiou para outro sentido. A partir daí, voltamos nossas dúvidas e hipóteses para a ação educativa do PTH e suas enunciações para cidadania. O estudo de caso foi a opção realizada para melhor andamento da proposta.

Ao redor do termo cidadania, muitos projetos e ações culturais, políticas, educativas desencadeiam-se e são por ela outorgadas e, assim, cidadania passa a falar por eles, a representá-los. O termo tem lugar consagrado em diversos projetos e ações e suscita simpatia e adesão.

Renovar a reflexão em torno dos fundamentos teóricos e as enunciações sobre cidadania foi objetivo inicial, na tentativa não de construir outro caminho, mas de entendermos por quais traduções de cidadania estão sendo reveladas. Nesta perspectiva a pesquisa foi guiada: nos instigou o caráter não redutível a respeito de cidadania, aquilo que ao conceito cabe por comportar abrangências, por reivindicar aptidões e sentidos.

As pesquisas no campo educacional têm refletido, cada vez mais, as vinculações na realização de visitas escolares a espaços de memória. Aspectos do aprendizado na interface entre as duas instituições, escola e museus, tem repercutido em estudos que abordam suas aproximações e distanciamentos. Temas relacionados à formação do professor nos espaços do educador, ao enfrentamento do objeto e da cultura material no museu histórico, os aprendizados em um e outro espaço, aos aparatos expográficos dos espaços de memória e formas de aproximação e interação do visitante com o objeto.

O advento da CF-88 permitiu retirar das franjas o debate sobre e em torno de cidadania, trazê-lo ao centro do debate, no binômio entre os substantivos cidadania e cidadão, ecoando o repertório de uso a projetos políticos, culturais e educacionais de forma ampla. Tomamos o PTH, do CMTRE-MG como um microcosmo de ação e objeto de análise no Tribunal que o comporta.

Mesmo enfrentado barreiras no seu processo de institucionalização, o CMTRE-MG e sua ação educativa, o PTH, têm se firmado como lugar de referência da história da participação política pelo voto. Atuando desde a década de 90, de forma inicial, interligado ao setor de Comunicação do Tribunal e assumindo-se enquanto espaço de memória sobretudo a partir de 2005, com as atividades comemorativas dos 60 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral no Brasil, passando por fechamento e desmobilização por cinco anos, após nova abertura e institucionalização por Portaria ocorrida em 2012, a proposta tem se mantido resistente e conseguido, a despeito das fendas, manter-se em sobrevida.

Merece destaque o processo de institucionalização do espaço de memória do TRE-MG. A hipótese inicial da pesquisa era de que havia ocorrido por sessão plenária, da Corte. O movimento foi ir buscar esta documentação. No entanto, não a pesquisa constatou que coube por pedido realizado diretamente por participante da pesquisa ao Presidente do TRE-MG, em 2012. Nos chamou atenção, dentre outros motivos, o fato de não ter acontecido debates em torno da discussão a respeito da implantação do CM e suas atividades suas expositivas e ação educativa. De certo as condicionalidades, bem como diferentes expectativas e visões acerca do tema poderiam fornecer material para a pesquisa.

Ao debruçarmos sobre a documentação de institucionalização do PTH nos deparamos, na congruência de pesquisa, com o achado que permite precisar que a ação educativa seguiu o arranjo de Termo de Abertura de Projeto a fim de se inscrever nos Relatórios de Gestão do Tribunal. Em comum, nos remetem à simetria que comportou ambos, a partir do princípio de ação individualizado e pessoalizado que recai em um participante da pesquisa, ponto alinhavo.

Questões como estas nos permitem afirmar que o tanto o CM quanto o PTH se evidenciam na sua formação, manutenção e legitimação a partir da atuação da equipe²³ em torno e a partir deste participante e dá suporte à SMEMO, com trabalhos que remontam à de exposição em murais do Tribunal e meios de comunicação internos, chegando a 2005, com a conquista de espaço expositivo próprio. Somadas, a isto, fechamento do espaço e mudanças

²³ Outros servidores compõem a equipe na Seção de Memória Eleitoral do TRE-MG -SMEMO. Não todos participaram da pesquisa

de localização. O movimento não foi linear nem tampouco livre de rupturas. Por si só, eram motivos para a desistência da ideia. Setembro de 2017 marca o desmembramento da Assessoria de Cerimonial e Memória em duas seções - a Seção de Cerimonial e a Seção de Memória Eleitoral- SMEMO.

Nos deslocamos também a fim de compreendermos a vinculação de formação dos participantes do CM e suas visões a respeito do próprio espaço, do acervo, da constituição da exposição e da cidadania referenciada no PTH. Dentre os cinco participantes da pesquisa, quatro trazem a formação no campo da Comunicação, de levar ao público, e do referencial de que o acervo e a mostra podem assegurar visão do ocorrido, do fato histórico. A memória é trazida como história. O participante com formação em Pedagogia foi anunciado como impulsionador da ação educativa PTH, devido tanto à formação quanto à experiência em ações educativas no Projeto Voto Forte, que percorreu Belo Horizonte e cidades do interior no ano de 2009.²⁴

No decorrer da pesquisa, nos deparamos com a emergência da Resolução n° 1.189, de 25 de agosto de 2021, que instituiu a Política de gestão documental e de gestão da memória do TRE-MG até 2026.²⁵ Ela é trazida pela necessidade normativa de Resolução CNJ n° 324, de 30 de junho de 2020, a integração normativa da gestão da memória é, por certo, fator que trará mudanças significativas para a área de memória nos Tribunais Eleitorais espalhados pelo Brasil. Segundo ponto alinhavo:

A partir da Resolução 324 os Tribunais tiveram um ano para elaborar suas políticas...é...porque embora...bem,estou falando somente da **Justiça Eleitoral porque os Tribunais de Justiça, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, eles já têm políticas de gestão de memória, plano museal, eles têm trabalhos muito mais consolidados, a maioria.** A Justiça Eleitoral é sempre a última. Na Justiça do Trabalho eles têm trabalhos muito mais estabelecidos. (Entrevista participante *Ponto alinhavo*, 02/08/2022; grifo nosso).

Ao trazer o Tribunal de Minas Gerais para o cenário, deparamos com o que chamamos dimensão ativa, interessada, envolvida de quem se reconhece como produtor de sentido, e consegue dar significado ao que está sendo elaborado, construído, realizado:

²⁴ O Projeto Voto Forte foi realizado por servidores do TRE-MG, de forma itinerante. O Projeto tinha como objetivo, por meio das artes cênicas, levar o eleitor a refletir sobre as escolhas do voto.

Disponível em: <https://www.tre-mg.jus.br/o-tre/memoria-eleitoral/historia-e-memoria/a-forca-que-vem-do-voto>
²⁵ Disponível em https://www.tre-mg.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-mg.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre/arquivos-2021-resolucoes-tre-mg/tre-mg-resolucao-tre-mg-n-1189-de-25-de-agosto-de-2021/@download/file/TRE-MG-resolucao-tre-mg-n-1189-de-25-agosto-2021-politica-gestao-documental-e-de-memoria.pdf

Então, em 25 de agosto de 2021, a Resolução 1189, foi publicada porque o que nos faltava era a política de gestão documental e de gestão de memória. **Nós corremos pra fazer as políticas porque nós já tínhamos espaço expositivo, a página na internet e o que nos faltava era a política**, que foi publicada na Resolução 1189 de 2021.

Sem uma política de memória nós conseguimos estabelecer algumas ações rotineiras, por exemplo, campanhas esporádicas pra conseguir doações, de fazer exposições a cada dois anos, de conseguir lugar para a gente guardar documentos e objetos, que são as reservas técnicas. Bem, isto tudo a gente fez sem política nenhuma. (Entrevista participante *Ponto alinhavo*; 02/08/2022; grifo nosso).

As traduções de cidadania, afirmamos, são os fios que anelam a história, memória, e as conjunturas de existência do próprio CM.

Especialmente em seus primeiros anos, o movimento que comportou tanto as iniciativas do bom senso e do olhar encantado pela história vem se tornando orgânico e assumindo características aproximadas de diversificadas áreas de formação a fim de qualificar o trabalho, até o momento, com o trabalho de estagiários das áreas de História, Cinema e Museologia. Uma vez inserido em regulamentação, via Resolução, acreditamos que tanto para a ação educativa e de memória haverá consolidação na formação profissional voltada a esta gestão. Vislumbramos as possibilidades de estudos que se somarão, com impactos e desdobramentos para os campos da Arquivologia, Comunicação, Educação, História, Museologia abertos no TRE-MG e demais Tribunais Eleitorais Regionais trazidas pela Resolução CNJ n° 324, de 30 de junho de 2020 de atração, por concurso, para profissionais com formação e para atuação nas áreas no momento não contempladas de História e Museologia.

Como estímulo a trabalhos que se seguem ao nosso, podemos apontar a necessidade da pesquisa tendo como objeto de estudo os alunos e professores que usam o espaço do CMTRE-MG e a abrangência que fazem do conceito de cidadania e suas possibilidades de aprendizagem nesta interlocução com a história do voto. Outras noções relacionadas à cidadania podem ser evocadas para enriquecer novas abordagens. À vista disto e com o retorno de atividades presenciais escolares e de centros de memória, após a ampliação da vacina contra a covid abre-se nova forma de se abordar o mesmo objeto de estudo.

Há, ainda, campo vasto a ser explorado relacionado a ações educativas em órgãos públicos e, detidamente, em suas instituições de memória, que, decerto, vão vicejar em cumprimento à normativa do ano de 2020.

Como pesquisadores em Educação, vamos nos posicionar afirmando que o PTH e o CMTRE-MG são realidade e promessa na aproximação com a sociedade, relativas à quais cidadanias são ali enredadas e como esta aproximação com o público escolar pode ser

pertinente aos estudos do campo. Afirmamos que cidadania, uma vez traduzida, ganha não perde a compreensão e ganha potência.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. **Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos**. Cadernos de Pesquisa, 1983, p. 66-71. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1491/1485>. Acesso em: jan. 2022.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BERNET, Jaume Trilla. **La educación fuera de la escuela: âmbitos no formales y educación social**. Barcelona, Editorial Ariel, 1998. Disponível em: <https://books.google.com.ec/books?id=LvuH5qYFxDsC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: set. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/8Rgg5Zjd4zXyjfSMTQWr66S/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: out. 2021.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 5-16, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/LTSGRTDqFD4X74DxLsw9Krz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: out. 2021.

BICALHO, Lucinéia Maria; PIANETTI, Gerson Antônio Pianetti. **Concepção de um Centro de Memória-CEMEFAR**. In Seminário Brasileiro de Museologia, 1., 2014. Belo Horizonte. Anais[...]. Disponível em: <http://www.sebramusrepositorio.unb.br/index.php/1sebramus/1Sebramus/paper/view/515/79f>. Acesso em fev. 2022.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto, 1994. Disponível em: https://www.academia.edu/6674293/Bogdan_Biklen_investigacao_qualitativa_em_educacao. Acesso em set. 2021.

BONDÍA, Jorge Larossa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr., 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: ago. 2022.

BOSLLER, Ana Paula, NASCIMENTO, Silvania Souza. **Modus operandi do professor em situação de visita a espaços museais: práticas e ritos preparatórios, ao longo e após a realização da visita**. Ensino em Re-Vista, n. 1, 30 jul. 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/23212/12755>. Acesso em: mai. 2021.

BRASIL. **Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil**. Decreto no 21.076, de fevereiro de 1932. Edição *facsimilar*. TSE. Brasília. 2014. Disponível em: http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/codigo_eleitoral_1932.pdf. Acesso em out. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 7586, de 28 de novembro de 1945**. Cria os Quadros das Secretarias do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0486.htm. Acesso em

jun. de 2021.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.** Disponível em: 1937http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.html. Acesso em jul. de 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937. Dispõe sobre partidos políticos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-37-2-dezembro-1937-354175-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em jun. de 2020.

CARDOSO, Oldimar Pontes. **A didática da História e o slogan da formação de cidadãos. 2007.** Tese. (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22022008-113710/publico/TeseOldimarCardoso.pdf>. Acesso em: ago. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. MARINS, Paulo Cesar Garcez. LIMA, Solange Ferraz de. (2021). **Curadoria em museus de história.** Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material, v.29, p.1-24. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/189321>. Acesso em: ago. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia. Crítica y Emancipación,** CyE. Ano I. nº 1. junho. 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso em: mai. 2022.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação.** São Paulo: Annablume. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/viewFile/11542/7383>. Acesso em: set. 2021.

_____. **Educação em museus: panorama, dilemas e algumas ponderações.** Ensino em Re-Vista, n. 1, 30 jul. 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/23206/12747>. Acesso em: out. 2021.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia.** Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. As redes de educadores em museus (REMs) no Brasil, in: SÁ, Aluane de; MORAES WICHES, Camila Azevedo de (orgs.). **Arte, museus e acessibilidade:** reflexões da Rede de Educadores em Museus de Goiás. Goiânia: s. ed., 2016. p. 63-74.

DUBET, Francois. **Mutações cruzadas: a cidadania e a escola.** Revista Brasileira de Educação. 2011. Vol. 16. N 47. Tradução de Ione Ribeiro Valle. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5D8JpsPmxSJBMCm3Y8NMQFj/?lang=pt>. Acesso em : 28 de set. 2021.

DUTRA, Soraia Freitas; NASCIMENTO, Sylvania Sousa. A educação no entre lugar museu e

escola: um estudo das visitas escolares ao Museu Histórico Abílio Barreto. **Educação**, v. 39, n. 4, p. 125-134, 31 dez. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/70305963/A_educacao%20A3o_no_entre_lugar_museu_e_escola_um_estudo_das_visitas_escolares_ao_Museu_Historico_Abilio_Barreto. Acesso em: mai. 2021.

FERREIRA, Fernanda Helena Nogueira. JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. SANTANA, Flávia Ribeiro. **Representações da Educação não formal e utilização do espaço museal por professores do ensino fundamental**. Ensino em Re-vista. n.1, 30 de jul. 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/23217/12757>. Acesso em: fev. 2022.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves, VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à Museologia Moderna*. 2.ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço. 2013.

FILHO, Luciano Mendes de Faria. Cidadãos antes da cidadania! **Educação em Revista**. Belo Horizonte. n.04, v.32 p. 413-417, Outubro-Dezembro 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/WHXkxxSFVVmq6SBdGhvB5FQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: set.2021.

FLICK. UWE. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FONSECA, Thais Nívea de Lima. História, memória e documento. In LINHALES Meily Assbú, NASCIMENTO Adalson. **Organizando arquivos, produzindo nexos: a experiência de um Centro de Memória**. 2013. Belo Horizonte. Fino Traço.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: out. 2021.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. A questão da representação política na primeira república. Caderno CRH. Salvador, v. 21, n. 52, p. 25-35, Abril 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em junho de 2020.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Heróis ou protegidos? Cidadania e voto na cena intelectual-parlamentar da Primeira República**. Caderno CRH, Salvador, V. 29, n° 77, p. 349-361, Maio/Ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/JRGDDhV5gVS4J4SmpqTmdTk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: jun. de 2020.

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/MZ939dkBFZL9C3PkFp7tPJJ/>. Acesso em: mar. 2021.

LINHALES Meily Assbú, NASCIMENTO Adalson. **Organizando arquivos, produzindo nexos: a experiência de um Centro de Memória**. 2013. Belo Horizonte. Fino Traço.

MAIA, Angélica Araujo de Melo; PEREIRA, Maria Zuleide Costa. **Cidadania, educação e cotidiano**. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 617-631, jun. 2014. Disponível

em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000200014&lng=pt&nrm=iso.

MARANDINO, Marta (Org.). **Educação em museus: a mediação em foco**. São Paulo: Geenf / FEUSP, 2008. Disponível em: <http://www.geenf.fe.usp.br/v2/wp-content/uploads/2012/10/MediacaoemFoco.pdf>. Acesso em: dez.2021.

MARANDINO, Martha. **A pesquisa educacional e a produção de saberes nos museus de ciências**. História, Ciência, Saúde - Manguinhos, v. 12. (suplemento), p.161-181, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12s0/08.pdf>.

MENDES BRAGA, Jezulino Lúcio. **Desafios e perspectivas para educação museal**. Museologia e Interdisciplinaridade. v. 6, n.12. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16332/14620>. Acesso em: jun.2022.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves & VIDAL, Diana Gonçalves. **Museus. Dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: *Argumentum*, 2005.

NASCIMENTO, Silvania Sousa do. **A relação museu e escola: um duplo olhar sobre a ação educativa em seis museus de Minas Gerais**. Ensino em Re-Vista, n. 1, 30 jul. 2013.

NEVES, Rogério Xavier. **As possibilidades educacionais dos Centros de Documentação e Memória**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

OLIVEIRA, Guilherme Cordeiro da Graça de *et al.* **Visitas guiadas ao Museu Nacional: interações e impressões de estudantes da Educação Básica**. Ciência e educação. (Bauru), Bauru, v. 20, n. 1, p. 227-242, março. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/JXvJrNQ7sMVkNBpNSVtrPhk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: dez.2021.

OLIVEIRA, Mirtes Marins de; SETTON, Maria da Graça Jacintho. Os museus como espaços educativos. **Educação em revista**. Belo Horizonte, v. 33, e162678, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319965699_OS_MUSEUS_COMO_ESPACOS_EDUCATIVOS. Acesso em: set. 2021.

Plano Nacional Setorial de Museus - 2010/2020- Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus.- Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/PSNM-Versao-Web.pdf>. Acesso em: ago. 2021.

ROESE, M. **A metodologia do estudo de caso**. Cadernos de Sociologia. Porto Alegre, v.9, n.2, 1998.

ROBERTS, Bryan R. A dimensão social da democracia. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v.12. nº. 33. 1997.

SILVA, Robson de Góes. e, & PAULINO, Fernando Oliveira. **Estatuto de Museus, comunicação e Museus de Tribunais Superiores do Judiciário no Brasil**. *Museologia & interdisciplinaridade*, Brasília, v. 8, n. 15, p. 303–314, Jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/20372/22035>. Acesso em: mai. 2021.

SILVA, Thiago; SILVA, Estevão. Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 75-106, dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000400075&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em jan. 2021.

TEIXEIRA DE VARGAS, Márcia Isabel; BECKER, Andréia von Hausen Bederode. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL – PNEM: MUSEUS, EDUCAÇÃO E REDES. *Revista Docência e Cibercultura*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 176-198, set. 2019. ISSN 2594-9004. Disponível em: <file:///C:/Users/juliana.rodrigues/Downloads/44362-151350-1-PB.pdf>. Acesso em: abr. 2022.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. **Relatório de Gestão. 2019**. Disponível em: https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-anual-2/paginas-e-pastas-que-nao-estao-sendo-utilizadas-antigas/arquivos1/tre-mg-relatorio-de-gestao-anual-2019/rybena_pdf?file=https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-anual-2/paginas-e-pastas-que-nao-estao-sendo-utilizadas-antigas/arquivos1/tre-mg-relatorio-de-gestao-anual-2019/at_download/file.

TRILLA, Jaume; GHANEM, Elie; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008. Coleção pontos e contrapontos. Disponível em: https://www.academia.edu/2533441/Educa%C3%A7%C3%A3o_formal_e_n%C3%A3o_formal_pontos_e_contrapontos_2008. Acesso em: mai. 2021.

VASCONCELLOS, Maria das Mercês Navarro. **Educação em museus: qual é a especificidade deste campo? Qual é a importância de se respeitar de forma rigorosa suas especificidades?** *Ensino em Re-Vista*, n. 1, 30 jul. 2013.

VITORINO, Márcia Cristina De Carvalho Pazin. **A Importância Dos Centros De Memória Para As Instituições E Para A Sociedade**. ACERVOS. 2015. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/a-importancia-dos-centros-de-memoria-para-as-instituicoes-e-para-a-sociedade>. Acesso em nov. 2021.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PARTICIPANTES DA PESQUISA

- 1) Tempo de trabalho no Tribunal e no setor, área de formação inicial.
- 2) Atuação em atividades no CMTRE-MG e no Projeto Trem da História.
- 3) Explicar como é proposta de comunicação do centro de memória, no atendimento aos professores, alunos e público em geral.
- 4) Identificar as propostas educativas pelo Centro de Memória para a formação voltada para a cidadania.
- 5) Explicar a que possibilidades de entendimento e interpretação para cidadania o PTH está direcionada a ação educativa do PTH.
- 6) Descrever da realização do PTH, abordando desde local de realização, formato, tempo de duração, recursos utilizados.
- 7) Relacionar os impactos da Resolução 324/2020 e Manual de Gestão da Memória do Poder Judiciário, de 2021, na atuação do CMTRE-MG e no cenário dos demais TREs e do TSE.

APÊNDICE B - TERMO DE ANUÊNCIA PARTICIPANTES DA PESQUISA

Ilma. Sra.

Prezado (a) Senhor (a),

Solicitamos autorização institucional para a realização da pesquisa intitulada **Traduções de cidadania pelo Centro de Memória do TER-MG no projeto Trem da História**, a ser realizada, no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG, pela pós-graduanda Juliana Cristie Rodrigues, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Luiz Zanetti e coorientação da Prof. Dra. Lana Mara de Castro Siman, com os seguintes objetivos: verificar e compreender os sentidos e significados que emergem da ação educativa para a cidadania, a partir do “Projeto Trem da História”, ofertado pelo Centro de Memória do TRE-MG, necessitando, portanto, ter acesso aos dados a serem colhidos junto à Seção de Memória Eleitoral.

Solicitamos, também, autorização para que o nome dessa Instituição possa constar no relatório final, bem como em futuras publicações, sob a forma de artigo científico.

Salientamos que tais dados serão utilizados tão-somente para a realização do presente estudo e que a mencionada pesquisa não acarretará despesas para essa Instituição, sendo esta, por sua vez, voluntária.

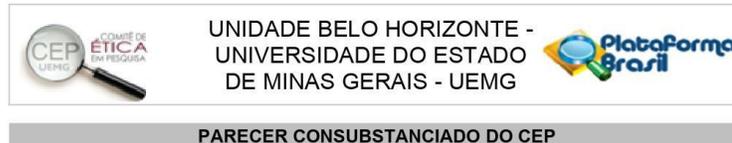
Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desse Tribunal, agradecemos antecipadamente a colaboração e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Belo Horizonte, 23 de junho de 2021.

JULIANA CRISTIE RODRIGUES

Pesquisadora responsável

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP RELATIVO À AUTORIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A AÇÃO EDUCATIVA NO CENTRO DE MEMÓRIA DA JUSTIÇA ELEITORAL DE MINAS GERAIS E AS POSSIBILIDADES DOS APRENDIZADOS A RESPEITO DE CIDADANIA

Pesquisador: Juliana Cristie

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 51758021.2.0000.5525

Instituição Proponente: Faculdade de Educação - FaE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.175.758

Apresentação do Projeto:

Resumo

A proposta do projeto se estabelece no sentido de entender as ações cidadãs requeridas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais a partir da proposta educativa do Centro de Memória deste órgão, notadamente no projeto em vigor Trem da História.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO DA PESQUISA

Objetivos Geral

Compreender os sentidos e significados que emergem da ação educativa para a cidadania, a partir do projeto Trem da História, ofertado pelo Centro de Memória do TRE-MG.

Objetivos específicos

Compreender as propostas e ações oferecidas para a formação da cidadania, pelo Centro de Memória do Tribunal Regional Eleitoral- TRE-MG, em contextos educativos, a partir dos significados atribuídos por aqueles envolvidos na formulação e desenvolvimento de tais propostas e ações.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os riscos de danos às dimensões psíquica, moral, intelectual, social e cultural do

Endereço: Rodovia Papa João Paulo II nº 4143 - Ed. Minas - 8º andar Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves
Bairro: Serra Verde **CEP:** 31.630-900
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3916-8747 **Fax:** (31)3330-1570 **E-mail:** cep.reitoria@uemg.br

ANEXO B – REGISTROS DA EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA “30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988”

Figura 1- Cartaz para anúncio dos candidatos para eleição simulada

PARTIDOS	LISTA DE CANDIDATOS	
91 PEsp PARTIDO DOS ESPORTES	VEREADORES	PREFEITO VICE-PREFEITO
	 Vôlei 91001  Basquete 91002  Atletismo 91003  Futebol 91004  Tênis 91005	 Natação 91  Judô 91
92 PMus PARTIDO DOS RITMOS MÚSICAIS	VEREADORES	PREFEITO VICE-PREFEITO
	 Rock 92001  Sertanejo 92002  Frevo 92003  Música Popular Brasileira 92004  Reggae 92005	 Forró 92  Samba 92
93 PProf PARTIDO DAS PROFISSÕES	VEREADORES	PREFEITO VICE-PREFEITO
	 Operário 93001  Pintor 93002  Cozinheira 93003  Médica 93004  Enfermeira 93005	 Bombeira 93  Professora 93
94 PFest PARTIDO DAS FESTAS POPULARES	VEREADORES	PREFEITO VICE-PREFEITO
	 Páscoa 94001  Oktoberfest 94002  Folia de Reis 94003  Boi-Bumbá 94004  Cavalhadas 94005	 Festa Junina 94  Carnaval 94
95 PFolc PARTIDO DO FOLCLORE	VEREADORES	PREFEITO VICE-PREFEITO
	 Curupira 95001  Saci-Pererê 95002  Iara 95003  Lobisomem 95004  Manguari 95005	 Boto Cor-de-Rosa 95  Boltatã 95

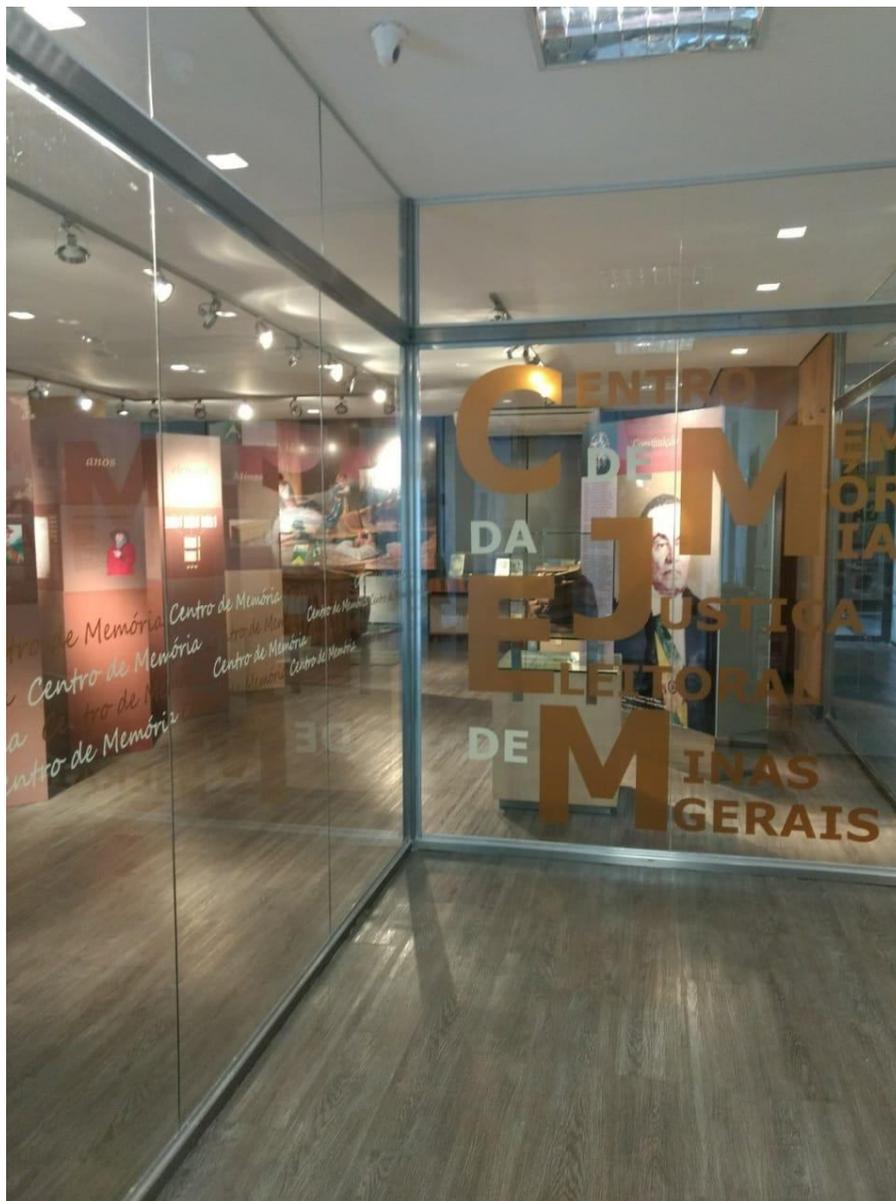
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 2 - Entrada do CMTRE-MG



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 3 - Vista lateral interna do CMTRE-MG



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 5 - Textos e imagens 30 anos da Constituição Federal de 1988 CMTRE-MG



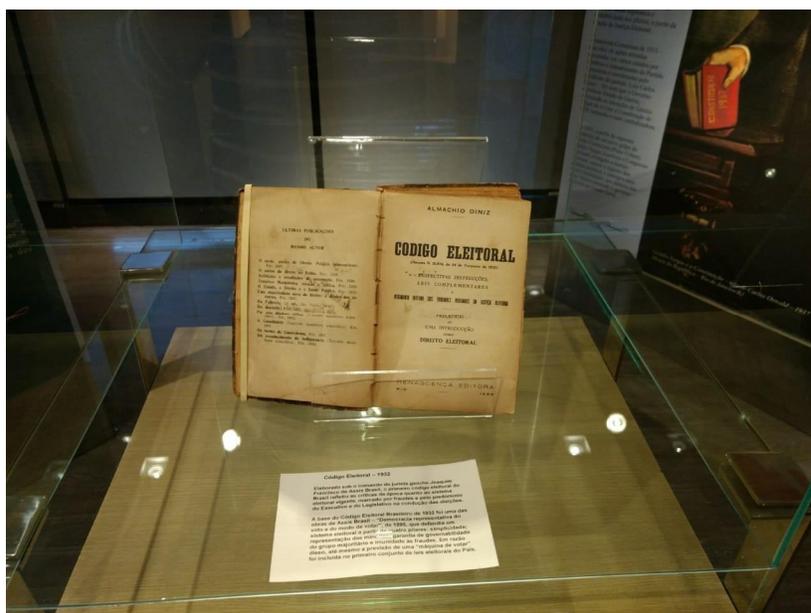
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 6 - Textos e imagens Constituição de 1891 CMTRE-MG



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 7 - Código Eleitoral de 1932 CMTRE-MG



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 8 - Textos e imagens Código Eleitoral de 1932, Constituição de 1934 e urna de ferro CMTRE-MG



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 9 - Jornal Diário Nacional de 1932 CMTRE-MG



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 10 - Textos e imagens Constituição Federal de 1946 e urna de lona CMTRE-MG



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 11 - Textos e imagens com cronologia eleitoral no Brasil CMTRE-MG



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 12 - Assembleia Nacional Constituinte, convocada a partir de 1985 para elaboração da Constituição Federal de 1988 CMTRE-MG



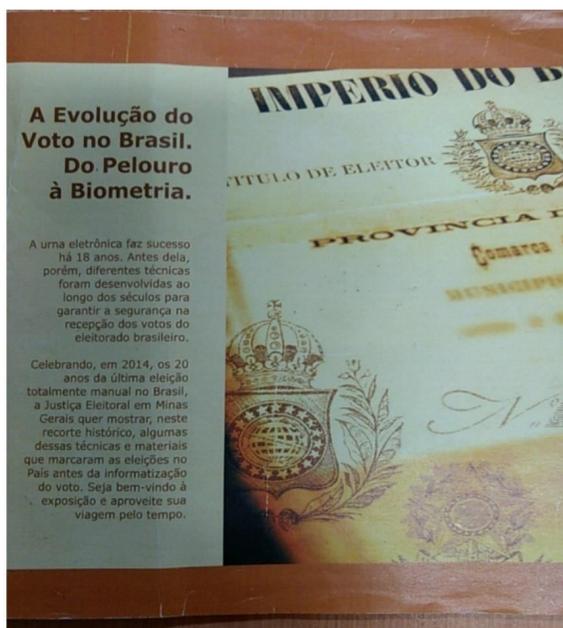
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 13- Urnas eletrônicas CMTRE-MG



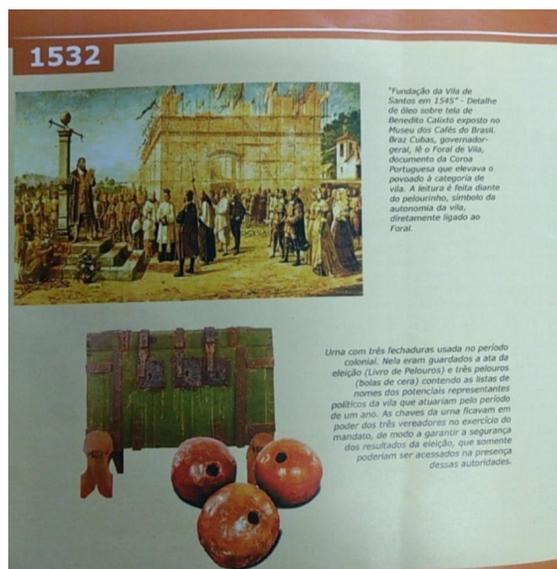
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 14- Material impresso A evolução do voto no Brasil capa



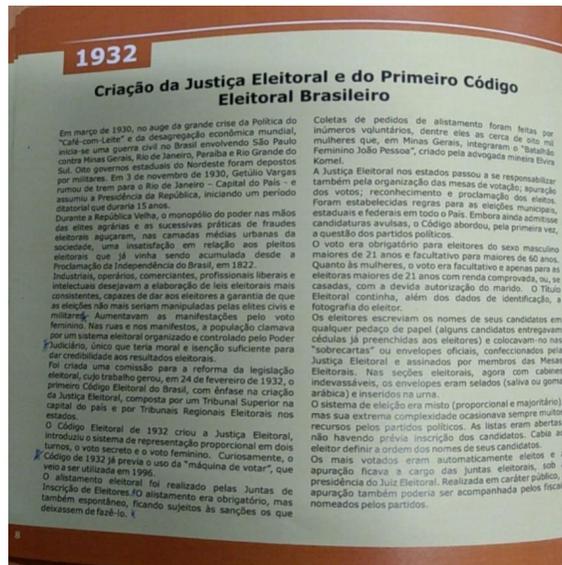
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 15- Material impresso - A evolução do voto no Brasil p.2



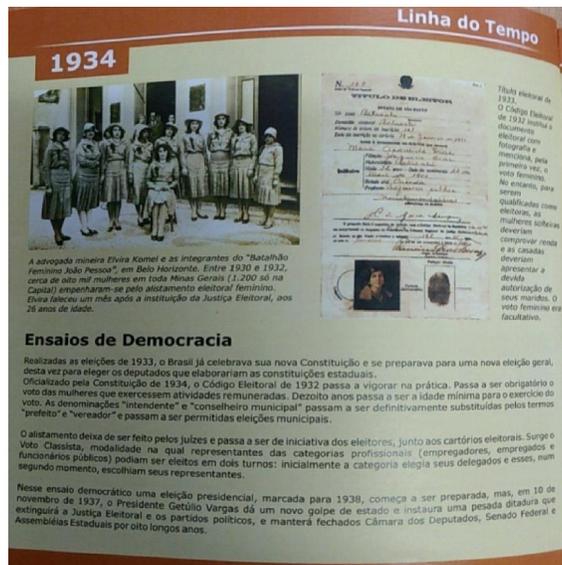
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 16- Material impresso - A evolução do voto no Brasil. p. 8



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 17- Material impresso - A evolução do voto no Brasil. p. 10



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.